

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**JOSÉ LUIS SISCATO**

**PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO  
PARANÁ: SUAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E  
REBELIÕES NA DÉCADA DE 1980.**

**CURITIBA**

**2013**

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**JOSÉ LUIS SISCATO**

**PENITENCIARIA CENTRAL DO ESTADO DO  
PARANÁ: SUAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E  
REBELIOES NA DÉCADA DE 1980**

Monografia apresentada como requisito para  
obtenção de grau licenciatura em **História**, da  
Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes  
da Universidade Tuiuti do Paraná.  
Orientador: Professor Mestre Luiz Carlos Sereza.

**CURITIBA**

**2013**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa a todos os funcionários do sistema penitenciário paranaense, principalmente aqueles que passaram por momentos difíceis enquanto mantidos como reféns nas rebeliões analisadas.

## AGRADECIMENTOS

Confesso que não sou muito bom em agradecimentos, mas entendo que seja um item mesmo que opcional muito importante neste momento. Por este motivo quero agradecer a todas as pessoas que de alguma forma, mesmo que involuntariamente me ajudaram no decorrer desta pesquisa.

Em primeiro lugar agradeço ao meu pai e minha mãe, que me deram a vida me proporcionando concluir esta etapa dela. Mesmo que não tenham tido uma participação efetiva neste processo, tenho certeza que no pensamento torceram muito para que esta etapa chegasse ao final.

Agradeço também a todo o corpo docente do curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná, que durante o percurso da graduação, fizeram despertar – me mais interesses a respeito da História.

Em especial agradeço a professora Viviane Maria Zeni, que não mediu esforços para que eu conseguisse concluir o curso, após ter ficado fora da Universidade por três anos e meio. Foram várias conversas para conseguir montar as grades de horários a cada semestre. Ela sempre se empenhou para conseguir fechar os horários da melhor maneira possível.

Agradeço aos professores Clóvis Mendes Gruner pelas primeiras conversas sobre a pesquisa, quando ainda fazia parte do corpo docente da UTP e por aceitar o convite para fazer parte da banca. À professora Maria Ignês Mancini de Boni, agradeço pelas sugestões e a leitura do primeiro capítulo, bem como por aceitar o convite para fazer parte da banca avaliadora.

Mais uma pessoa que merece agradecimentos nesta trajetória, é o meu orientador professor Luiz Carlos Sereza, que desde a primeira conversa me deu várias dicas sobre como o assunto poderia ser abordado e sugestões de leituras, que contribuíram para que o trabalho fosse concluído. Além disso, teve muita paciência em agüentar as minhas viagens em momentos que conversávamos sobre o tema da pesquisa.

Para finalizar agradeço as duas pessoas mais importantes da minha vida. Aquelas que têm a maior paciência para suportar minhas manias, teimosias e

crises de mau humor, minha esposa Liliane e minha filha Jordana, obrigado por existirem.

Obrigado a todos.

## LISTA DE SIGLAS

BP tran	Batalhão da Policia de Trânsito
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
COE	Comando de Operações Especiais – Policia Militar
COOSIPE	Coordenação do Sistema Penitenciário do Paraná
COPE	Centro de Operações Especiais – Policia Civil
COT	Centro de Observação e Triagem
CPA	Colônia Penal Agrícola
DEPE	Departamento de Estabelecimentos Penais
DEPEN	Departamento Penitenciário do Paraná
IML	Instituto Médico Legal
LEP	Lei de Execuções Penais
PCE	Penitenciaria Central do Estado do Paraná
PEL	Penitenciária Estadual de Londrina
PEM	Penitenciária Estadual de Maringá
PFP	Penitenciaria Feminina de Piraquara
PM	Policia Militar do Paraná
PPC	Prisão Provisória de Curitiba
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VEP	Vara de Execuções Penais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. “POR TRÁS DOS MUROS” O COTIDIANO DA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1982-1989.....</b>	<b>17</b>
1.1. RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E DISPUTAS ENTRE GRUPOS DISTINTOS NO INTERIOR DA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ.....	17
1.2. RELAÇÕES DE PODER ENTRE A MASSA CARCERÁRIA E O GRUPO DIRIGENTE DA PENITENCIÁRIA.....	35
1.3. RELAÇÃO ENTRE PRESOS E O MUNDO EXTERNO.....	41
1.4. O PALCO DE OPERAÇÕES DURANTE UMA REBELIÃO E SEUS PERSONAGENS.....	45
<b>2. REBELIÕES OCORRIDAS NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1980.....</b>	<b>52</b>
2.1. REBELIÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982.....	56
2.2. REBELIÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1989.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das prisões, este assunto tem causado muitas discussões entre os estudiosos da temática. A produção acadêmica existente se divide entre várias abordagens, entre este material existem discussões a respeito do sistema penitenciário em geral, estudos sobre uma prisão em específico, prisões de uma determinada região ou de prisões de um período histórico delimitado. Também existem alguns trabalhos abordando alguma especificidade ou característica de uma instituição como o funcionamento do setor de psicologia, assistência social, jurídica, entre outros setores que funcionam na unidade penal.

Mesmo com o Brasil tendo evoluído nos últimos anos em pesquisas a este respeito e tendo aumentado o interesse acadêmico em escrever textos sobre prisões nas suas mais diversas abordagens, ainda é insuficiente o material para uma pesquisa mais aprofundada. Muitos dos trabalhos que se tem conhecimento no país fazem uma abordagem de maneira regionalizada, o que acaba deixando este material delimitado nas especificidades de cada região e característica da população carcerária do local.

Talvez um dos motivos para que não se tenha muitos estudos referentes a prisão é a dificuldade de conseguir documentações sobre o assunto, por sinal elas são escassas no mundo todo. Este problema se dá pelo fato de ser um assunto delicado o que contribui para que as fontes permaneçam no anonimato. A História das prisões é arredia e escapa as mãos devido um interesse estatal de que notícias de violência ou atos de rebeldia no interior da prisão não venham a tona para o conhecimento da sociedade em geral,

Estes fatores acarretam a alguns estudiosos partirem para outros campos de pesquisa que se tenha mais facilidade em encontrar dados. Estes estudiosos passam a se posicionar com indiferença aos temas relativos a prisão. Conforme a introdução do livro História das prisões no Brasil, escrita por: Bretas, Maia, Costa e Sá Neto existem tantas questões difíceis de entender em relação as prisões que acabam colaborando que estudiosos optem por se manter calados sobre o assunto prisão.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> MAIA, Clarissa Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz (org) História das Prisões no Brasil. Rio de Janeiro:Rocco, 2009. p. 9.



Assim como as fontes permanecem no anonimato para os estudiosos, a prisão não é conhecida no pensamento da sociedade em geral. Por este motivo as pessoas externas ao mundo prisional têm dificuldades em entender o cotidiano das prisões. A partir disto, este trabalho foi pensado de maneira que o leitor tenha um maior conhecimento de ações diárias que se mantêm em silêncio no interior de uma prisão. O que se espera é que o leitor deste trabalho tome conhecimento do cotidiano de uma prisão e não apenas dos fatos divulgados pela mídia em momentos de crise, como é o mais normal atualmente.

O chão desta pesquisa foi a Penitenciária Central do Estado do Paraná, localizada em Piraquara. Inaugurada em 1951 e ampliada em 1976, a PCE, figurou por muitos anos ao lado da PPC - Prisão Provisória de Curitiba, como os dois presídios mais importantes do Estado. No ato de sua inauguração chegou a ser declarada a maior e mais moderna prisão da América Latina<sup>2</sup>.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como acontecem as relações de sociabilidade entre os diversos e distintos grupos que convivem no mesmo espaço no interior da prisão e a relação entre os presos e mundo exterior, na década de 1980. Outro ponto que foi abordado neste estudo foram as rebeliões de 1982 e 1989, que devem ser vistas como o resultado final dos embates diários entre os grupos que compõem a estrutura prisional.

Para que os objetivos propostos fossem atingidos procurou-se retratar como é o cotidiano dentro da penitenciária. Logo em seguida foram descritos alguns fatos, menos importantes que aconteceram, devido as relações de sociabilidade exercidas pelos grupos que convivem no mesmo ambiente. Estes fatos narrados são carregados muitas vezes de certo grau de violência e medo causadores de tensões diárias. A escolha em relatar alguns fatos do dia a dia prisional tem a intenção de identificar que estes acontecimentos de menor intensidade acabam contribuindo para a construção de um evento maior. Neste caso o evento maior que se é referido são as rebeliões.

No decorrer da análise efetuada na pesquisa a procura de respostas para os objetivos propostos, utilizou-se como referenciais teóricos conceitos da teoria da

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7](http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7). Acesso em 03 nov. 2013.

Reprodução dos sociólogos, Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron em sua obra *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, que trata-se de um conjunto de teses voltadas ao ambiente escolar. Este conjunto de teses é possível ser aplicado nas instituições penais a partir da existência de uma nucleação acentuada na proximidade das instituições. Mesmo a escola não sendo um ambiente de internato como a prisão é uma instituição pautada por disciplinas e procedimentos no seu dia a dia. Ainda que exista a proximidade cada unidade de vê ser vista a partir de suas características próprias.

A teoria foi adaptada e utilizada no interior da prisão principalmente os aspectos que tratam da teoria da violência simbólica, que neste estudo foi utilizada nas relações entre os grupos distintos da prisão. Na conceituação de Bourdieu e Passeron a violência simbólica é praticada através de um grupo constituído que impõe a sua cultura perante outro grupo através de coação. Com isso o grupo dominado é induzido a se posicionar a partir do discurso dominante, ou seja, do grupo dominante no interior da formação social. A Penitenciária Central do Estado do Paraná, durante o período estudado teve em seu cotidiano disputas entre seus grupos, sempre com o objetivo de imposição da cultura dominante de um grupo sobre outro.

Para compreender como aconteceu a prática do dia a dia prisional, durante o período e o rompimento com a formalidade, as relações internas da Penitenciária foram analisadas sob o conceito de Gresham Sykes, em sua obra *Crime e Sociedade*, em que a penitenciária em seu modelo contemporâneo tem em suas relações de sociabilidade uma forma mais suave de relacionamento entre presos e guardas. O preso deixou de ser submisso ao controle estatal, surgindo assim uma forma de relação de maior proximidade entre os presos e funcionários, gerando uma relação negociada e o estabelecimento de acordos tácitos, que também caracterizam violência simbólica.

Também foi utilizado durante a pesquisa o conceito de cultura apresentado pelo sociólogo francês Denny Cuhe, em sua obra *a noção de cultura nas ciências sociais*, principalmente os conceitos que tratam da cultura dominante e da cultura dominada. Segundo Cuhe, em um espaço social existe uma cultura social, que apresenta uma hierarquia cultural. Mesmo que a cultura do grupo dominante também seja a cultura dominante, não se pode descartar a cultura dominada. Esta por sua vez se apresenta em

uma posição de submissão diante da cultura do grupo dominante. As culturas se apresentam através das relações sociais desiguais. Por este motivo a cultura não pode ser analisada como independente.

Ambas as culturas se equivalem no jogo das culturas, e uma cultura não terá condições de se impor perante a outra. O que acontece é a imposição de um grupo sobre o outro, neste caso, a cultura aparecerá na condição de dominante pelo seu grupo que se impôs perante o grupo que se encontra mais fragilizado dentro do espaço social.

Para que este trabalho tivesse êxito em sua realização, a pesquisa contou com análise de reportagens de jornais do período e até mesmo reportagens posteriores ao recorte temporal, mas que foram úteis para ajudar a entender sobre o funcionamento das engrenagens dentro de uma prisão e como acontecem as relações internas. Além de exemplares de jornais de circulação interna na Penitenciária Central do Estado do Paraná, escritos pelos próprios presos, foram também analisados exemplares do jornal Gazeta do Povo e Tribuna do Paraná. Além disso, foram pesquisados documentos oficiais da penitenciária como contagens, escalas de serviço, passagens de serviço e relatórios diários, que trouxeram muitas informações sobre o funcionamento da Penitenciária Central do Estado do Paraná.

Outras fontes que foram usadas neste estudo foram as: Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984 e a Lei nº 11.466, de 28 de março de 2007, que altera a Lei de Execução penal, e prevê como falta disciplinar grave do preso e crime do agente público a utilização de telefone celular no interior do presídio. Além destas leis, foi consultada a resolução Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nº1 de 09 de março de 2009, que trata da exigência mínima de cinco presos para cada funcionário. Outra fonte utilizada e muito rica em informações para a pesquisa foi o livro PENITENCIÁRIA estágio para o inferno do Agente Penitenciário Aposentado José Vicente Bittencourt, Neste livro o autor narra os acontecimentos ocorridos na Penitenciária Central do Estado do Paraná, nos primeiros anos da década de 1980.

O trabalho se divide em dois capítulos, levando em conta que a Penitenciária Central do Estado do Paraná é o espaço onde foram discutidas as formas de relações de sociabilidade no dia a dia prisional e que acarretam os eventos rebelatórios maiores. Esta análise se dará em duas pontas, a relação entre funcionários e presos e a relação

entre presos e presos, nos seus diversos grupos existentes no interior da penitenciária e que constituem a população carcerária da unidade.

No primeiro capítulo procurou-se contemplar as relações entre a massa carcerária e o grupo dirigente da prisão. Este grupo no interior da prisão é composto pelos funcionários que ocupam posições de chefia, como por exemplo, o diretor, vice diretor e chefe de segurança. Este último é o responsável direto pelo andamento da prisão e, portanto o que tem maior proximidade com os presos representantes da massa carcerária. O que difere estes funcionários que dirigem a prisão dos demais funcionários que lá trabalham é a possibilidade de negociação, eles normalmente podem barganhar com os presos por terem algo a oferecer em contra partida. Já os demais funcionários que trabalham no “fundo da prisão” e muitas vezes até se comportam como presos para que consigam se relacionar com os próprios não tem moedas de troca para que esta negociação se efetive. Na prisão existe um jogo de interesses que regulam as relações sociais.

Outro ponto marcado no primeiro capítulo é a relação dos presos com o mundo externo. Mesmo encarcerados dentro dos muros da prisão é perceptível uma relação acentuada com o mundo exterior, por mais que a grande fatia da sociedade não tome conhecimento do que acontece na prisão, existe uma pequena parcela que vive o cárcere intensamente. Esta minoria se caracteriza principalmente nos familiares dos presos, representantes religiosos e alguns membros de instituições que militam pelas causas dos apenados.

Ainda no capítulo inicial desta pesquisa, buscou-se apresentar uma introdução do que apareceria no capítulo seguinte. Para que esta idéia se concretizasse foi apresentada uma análise através da percepção do autor, de como se monta um palco de operações, a partir do momento que explode uma rebelião, bem como se dá a participação de seus personagens e a sequência das ações e procedimentalização do evento.

O segundo capítulo procurou apresentar como eclodem e se estabelecem as rebeliões. Já que o recorte temporal é a década de 1980 foram elencados os dois maiores eventos do período, e os que tiveram maior repercussão na mídia. Os eventos atingidos pela pesquisa foram as rebeliões de vinte de dezembro de 1982 e a de treze

de novembro de 1989, ambas na Penitenciária Central do Estado do Paraná. Também foram demonstradas quais foram as razões que geraram os eventos e as suas conseqüências ao seu final.

# 1. “POR TRÁS DOS MUROS” O COTIDIANO DA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1982-1989.

Conhecemos os criminosos, as facções e as formas de lidar com centenas de problemas no interior das prisões, que os legisladores e a sociedade de modo geral sequer imaginam que existem.

(Anderson Moraes de Castro e Silva, 2008, p.147apud Apostila da História do Sistema Penal.)<sup>3</sup>

## 1.1 RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E DISPUTAS ENTRE GRUPOS DISTINTOS NO INTERIOR DA PENITENCIÁRIA.

Inaugurada apenas após a Prisão Provisória do Ahú<sup>4</sup> e a Colônia Penal Agrícola<sup>5</sup>, a Penitenciária Central do Estado é a terceira unidade penal construída no estado do Paraná. As obras para a sua construção tiveram início no ano de 1944, mas após diversas paralisações, sua obra foi retomada apenas no ano de 1951.

As obras da Penitenciária Central do Estado do Paraná foram concluídas e inauguradas em 1º de dezembro de 1954, na gestão do então Sr. José Muniz de Figueiredo<sup>6</sup>, que naquele período ocupava a posição de diretor do DEPE<sup>7</sup>. O Sr. Figueiredo também foi o primeiro diretor da Penitenciária Central do Estado do Paraná.

A PCE - Penitenciária Central do Estado do Paraná está localizada no município de Piraquara, em uma região denominada Palmeira, é a porta de entrada do Complexo

<sup>3</sup> SILVA, Anderson Moraes de Castro e. Nos BRAÇOS da Lei O uso da Violência Negociada no Interior das Prisões. Rio de Janeiro: Editora e+a, 2008.

<sup>4</sup> Localizada em Curitiba a PPC- Prisão provisória de Curitiba foi considerada um estabelecimento penal de segurança máxima, destinado a presos provisórios do sexo masculino. A prisão foi inaugurada em 5 de janeiro de 1909 e foi extinta oficialmente em 31 de agosto de 2006. <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28> Acesso em 18 set. 2013.

<sup>5</sup> Colônia Penal Agrícola CPA, localizada na cidade de Piraquara, é considerada um estabelecimento penal de segurança média, destinada a presos do sexo masculino, que cumprem pena no regime semi-aberto. Teve sua inauguração em caráter experimental no dia 18 de junho de 1941. <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27> Acesso em 18 set. 2013.

<sup>6</sup> Foi designado para ser o primeiro diretor Geral do DEPE, também acumulava as direções da Penitenciária do Estado (Ahú) e da prisão para mulheres na rua Barão do Rio Branco, centro de Curitiba. <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4> Acesso em 07 set. 2013.

<sup>7</sup> Departamento de Estabelecimentos Penais criado no ano de 1954, através da Lei. 1.767 de 17 de fevereiro de 1954. Com isso as penitenciárias paranaenses deixaram de estar subordinada a Chefatura de Polícia passando ao organograma do novo órgão criado. <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4> Acesso em 07 set. 2013.

Penitenciário de Piraquara. Durante décadas a “Central”, como é popularmente conhecida pelos seus funcionários mais antigos e moradores da região foi por muito tempo um dos mais importantes presídios paranaenses ao lado da PPC- Prisão Provisória de Curitiba.<sup>8</sup> Quando da sua inauguração a PCE, Chegou a ser declarada a maior e mais moderna prisão da América Latina. Tinha capacidade para 522 presos, alojadas em celas individuais de 10m<sup>2</sup>.<sup>9</sup>

A Penitenciária é considerada um estabelecimento de segurança máxima destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena no regime fechado, tendo como competência desde sua inauguração promover a reintegração social dos presos e o zelo pelo seu bem estar. Esta reintegração deveria acontecer através, de profissionalização, educação, prestação de assistência jurídica, psicológica, social, médica, odontológica, religiosa e material, além de prestação de assistência social aos familiares.<sup>10</sup>

Na década de 1970, o sistema penitenciário paranaense começava a sentir os primeiros sinais de superlotação. Por este motivo se fez necessário a ampliação da penitenciária. Com isso no ano de 1976 iniciou-se na PCE-PR a construção de mais de 50 celas e diversas salas multifuncionais. A partir daí, para aumentar a capacidade do presídio às celas da estrutura antiga, projetadas para serem individuais, passaram a ser

---

<sup>8</sup> Apenas em 1986 foi inaugurado o COT - Centro de Observação e Triagem, para cumprir o que determinava os artigos 96 e 98 da Lei de Execução Penal, que previa a classificação dos condenados para demarcar o início da execução científica das penas privativas de liberdade e da medida de segurança detentiva, de modo que conhecida a personalidade do apenado e analisando o fato por ele cometido, possa ele a ser submetido a tratamento penitenciário adequado. Já na década de 1990 foram inauguradas mais duas Unidades prisionais descentralizando o sistema penitenciário paranaense, a PEL – Penitenciária Estadual de Londrina, inaugurada em 25/01/1994 e a PEM -Penitenciária Estadual de Maringá, inaugurada em 10/04/1996. Disponível em: [www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=29](http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=29) Acesso em 26. Out. 2013.

<sup>9</sup> A Penitenciária Central do Estado do Paraná ainda contava em sua inauguração com uma moderna estrutura física: Área do terreno: 72.600 m<sup>2</sup>, Área construída: 25.292,24 m<sup>2</sup>, Capacidade: 1.320 presos. A Penitenciária ainda contava com: 11 galerias, 550 cubículos/alojamentos, 68 solitárias, 2 refeitórios, 7 pátios, 63 quartos para visita íntima, 1 consultório médico, 1 consultório odontológico, 1 enfermaria, 9 salas de aulas, 4 salas para atendimento técnico, 1 biblioteca e 2 cozinhas.

<sup>10</sup> Disponível em: [www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7](http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7) Acesso em 26 out. 2013.

coletivas alojando mais de um preso, com isso a capacidade da PCE-PR foi triplicada.<sup>11</sup>

Observando uma contagem<sup>12</sup> do período em que se está pesquisando a prisão, percebe-se que nos primeiros anos da década de 1980, a Penitenciária já contava com quase o triplo de presos de sua capacidade no ato de sua inauguração. Através da contagem diária das galerias 7ª e 8ª<sup>13</sup> da Penitenciária Central do Estado do Paraná do dia 23 para o dia 24 de novembro de 1984, nota-se que celas projetadas para alojar um preso, de maneira individual estavam ocupadas neste período por até cinco presos por cela. Dessa forma, galerias que anteriormente tiveram capacidade para 50 presos, já estavam abrigando, quase o dobro de presos, sendo constatado até mais de cem presos em cada galeria. A contagem analisada relata que a sétima galeria contava em suas dependências com 95 presos e a oitava galeria com 121 detentos.<sup>14</sup>

Em outra contagem utilizada como fonte para se confirmar o aumento da população carcerária da Penitenciária Central do Estado do Paraná, nota-se que no dia 15 de fevereiro de 1985, a prisão em sua contagem geral abrigava um total de 1154 presos, mais que o dobro da sua capacidade inaugural.<sup>15</sup> Considerando este aumento populacional no interior da prisão as relações de sociabilidade passaram a se efetivar com maior intensidade.

Na década de 1980 a Penitenciária Central do Estado do Paraná, teve suas relações de sociabilidades acentuadas. Um dos fatores que contribuíram para isto era o seu modelo de funcionamento. A PCE-PR era uma penitenciária considerada “aberta”<sup>16</sup>, resultando com isso diversos momentos de barbárie e violência no seu dia a dia.

<sup>11</sup>SANTOS, José Roberto Rodrigues. *O FENÔMENO DA PRISIONIZAÇÃO EM AGENTES PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ*. Monografia (2007) 104 f. Gestão Penitenciária. Especialização em Gestão Prisional. Universidade Federal do Paraná, 2011.

<sup>12</sup> É uma das atividades que o Agente Penitenciário desenvolve diariamente. A principal função desta atividade é verificar o número total de presos em uma galeria ou alojamento. A contagem é efetuada assim que o Agente Penitenciário assume o seu plantão e após todos os presos estarem trancados em suas celas no final do dia. O numeral final da contagem vespertina deve registrar as entradas e saídas dos presos nos cubículos.

<sup>13</sup> As galerias 7ª e 8ª, da Penitenciária Central do Estado do Paraná, contam com 50 celas, sendo 25 de cada lado de um corredor uma estando posicionada de frente para outra.

<sup>14</sup> CONTAGEM, Penitenciária Central, 7ª e 8ª Galerias, Piraquara, 23 para 24 de novembro de 1984.

<sup>15</sup> CONTAGEM GERAL Penitenciária Central, Piraquara, 15 de fevereiro de 1985.

<sup>16</sup> Diferentemente dos dias atuais, em que as penitenciárias são mais compactadas, para se ter um melhor controle dos presos, que se encontram em galerias menores e por isso em menor número de presos agrupados. Na década de 1980 a cadeia era considerada aberta ou “cadeia solta”, pela forma



Na grande maioria estes movimentos eram promovidos pelos e entre os próprios presos que se relacionavam no mesmo espaço em que cumpriam suas penas, mas não é errado afirmar, que existiam tais momentos de tensão em que estavam envolvidos funcionários. Estes relacionamentos eram marcados por concorrências diárias que se transformavam em rivalidade entre grupos distintos. Em muitos momentos esta rivalidade justificava o motivo de atos violentos. A prisão, enquanto estabelecimento formal se constitui por uma formação social própria, que por si exerce atos de violência total nas suas diferentes relações, percebidas nas várias manifestações de violência que a compõe.

Na prisão a violência pode ser verificada de diversas formas, individual, coletiva, dentro de determinado grupo ou entre grupos rivais. A violência, nas suas diferentes manifestações entre os presos, pode ser exercida através do uso da força física e do poder simbólico, contra indivíduos de grupos diferentes ou até mesmo contra si próprio. Como resultado destes conflitos e pela imposição da violência, surgem diferentes reações, como sofrimento, dor, sentimentos de medo e tensão, além de ameaças e coação nas relações de sociabilidade interna de um ambiente prisional. Com este quadro percebe-se que as prisões são formações sociais extremamente violentas em seu cotidiano.

Uma das manifestações de violência detectada no interior da prisão é a violência simbólica, que Bourdieu e Passeron definem como sendo o meio em que o grupo, através de coação, impõe a sua cultura sobre outro grupo, induzindo assim que os indivíduos pertencentes ao grupo dominado se posicionem dentro da mesma formação social, a partir do discurso dominante, ou seja, a violência simbólica tem a capacidade, através da imposição, de fazer com que as significações se tornem legítimas. Através da violência simbólica imposta pelo grupo dominante ao grupo dominado, que se é praticado o poder simbólico, que passa a ser exercido pelo grupo dominante.<sup>17</sup>

---

como ela funcionava em seu andamento normal. As dimensões dos pátios de sol eram muito maiores que os atuais, e por este motivo podiam receber um maior número de presos. As galerias também eram mais populosas. Como naquele período não existia ainda, normatização quanto a horário destinado ao banho de sol os presos eram soltos e permaneciam durante o dia todo nos pátios.

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean – Claude. *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

Os eventos cotidianos de violência física, somados às relações de poder simbólico exercidas através de coação e imposição por parte de um grupo dominador normalmente culminam nos eventos maiores. No caso das penitenciárias o resultado final dos embates diários de relações de poder e exercício de violências entre diferentes grupos é a eclosão de movimentos de rebeldia por parte de presos. Esses movimentos são os que têm maior repercussão na mídia, porém deve-se considerar que as manifestações diárias de reivindicações por parte de interesses da massa carcerária também podem ser classificados como ações rebeldes.

Os casos mais comuns de movimentos de rebeldia são as “greves de fome” e os “batidaços”, exercidos individual ou coletivamente pelos presos. Geralmente acontecem para solicitar algum benefício em prol do coletivo, de si próprio ou simplesmente para chamar atenção para alguma situação que esteja ocorrendo ou prestes a acontecer nas galerias, blocos ou alojamentos.

Este tipo de atitude podia se notar diariamente no interior das prisões no espaço de tempo estudado. Em um determinado sábado do mês de julho de 1983, na 7ª galeria da Penitenciária Central do Estado do Paraná dois presos forjaram uma situação em que supostamente estariam passando mal. Os guardas escalados naquele setor encaminharam os dois criminosos até a enfermaria, para que fossem examinados. Na metade do percurso os presos pararam e disseram não ter mais condições de se moverem até a enfermaria da unidade. Logo houve uma confusão onde presos e guardas entraram em luta corporal. O resultado deste plano em que os presos forjaram um problema de saúde acarretou na tomada como refém do chefe de segurança da Penitenciária.<sup>18</sup> Provavelmente estes presos necessitaram da ajuda dos demais presos para chamar a atenção dos guardas, para serem retirados das celas.

Segundo Bittencourt relata em seu livro. Não foi uma rebelião, mas um ato isolado de grande audácia, cujos envolvidos acenaram com uma negociação. Reivindicaram a suspensão dos seus castigos ou pelo menos, as reduções.<sup>19</sup> Pode não ter sido uma rebelião de grande porte, mas não se pode descartar que foi uma atitude rebelde dos presos, impondo condições referentes a redução de seus castigos. Com o

---

<sup>18</sup>BITTENCOURT, José Vicente. PENITENCIÁRIA: estágio para o inferno. Curitiba: Maximus Editora, 2012.p. 53.

<sup>19</sup> id. ibid. p. 54.

chefe de segurança, como refém os criminosos tentam induzir as negociações para obter êxito nas suas exigências.

Percebe - se na pauta da negociação que o ato foi unicamente para que conseguissem obter um benefício para os dois presos que se encontravam no castigo, devido alguma atitude de indisciplina. O desfecho deste fato se deu com a chegada do diretor da unidade que segundo Bittencourt efetuou uma negociação pacífica, preservando a vida do refém. Os presos aceitaram retornar para o castigo na 7ª galeria sob a condição de total isenção de qualquer punição sobre o seqüestro do chefe de segurança e a redução gradativa do tempo de seus castigos.<sup>20</sup>

Este fato acontecido em 1983 antecede a criação da LEP – Lei de Execução Penal<sup>21</sup> que só veio a ser sancionada no ano seguinte, em 11 de julho de 1984. Mas mesmo antes deste documento sabe-se que um dos problemas básicos do sistema penitenciário era a manutenção da disciplina no interior dos estabelecimentos penitenciários.

Uma boa disciplina é fundamental para a manutenção de uma convivência saudável entre os presos e funcionários, mas devido a fragilidade na aplicação das leis acabam-se gerando atos de indisciplina e desordem no ambiente prisional.<sup>22</sup> Contrariando com isso o item III do artigo 39 de LEP, que em sua redação diz que o preso tem o dever de viver em “urbanidade e respeito no trato com os demais condenados”<sup>23</sup>

Quando ocorrem momentos de indisciplina no interior da prisão em que envolvem reféns, alguns exemplos de reivindicações feitas pelos presos são solicitações de transferências para outras cidades, melhorias na alimentação, maior tempo de banho de sol, entre outras situações que fazem parte do cotidiano prisional. Também é recorrente os presos tentarem chamar a atenção dos funcionários para serem retirados das celas para que possam delatar algum plano de fuga ou até algum

---

<sup>20</sup> id. ibid. p. 54.

<sup>21</sup> LEP – Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm) Acesso em 08 set. 2013

<sup>22</sup> PARANÁ. Curso de Formação Agente Penitenciário 2007. Escola Penitenciária do Paraná, Curitiba – 2007. p. 46.

<sup>23</sup> LEP – Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm) Acesso em 08 set. 2013.

homicídio que esteja para acontecer. Alguns presos usam desta artimanha para sair da galeria em que se encontram alojados, sem causar suspeita aos demais presos.

Para ilustrar esta situação toma-se o exemplo de que se o preso sair da cela sem um motivo convincente, ele levantará suspeita dos demais que com ele estão alojados, então ele forja uma situação para ir até os funcionários responsáveis pela direção da prisão e com isso os outros presos acabam pensando que ele está “batendo de frente”, ou seja, ele está enfrentando a guarda, quando na verdade ele pode estar indo “caguetar”, termo usado para quem vai denunciar algum plano que está para ser colocado em prática. Também era comum que presos apontem outros presos que estão com posse de armas artesanais ou drogas em troca de algum benefício. O mais comum é que os presos delatores consigam ser implantados em um setor de trabalho para que possam ter alguns privilégios, como uma alimentação melhor, por exemplo. Nesses casos pode-se afirmar que as atitudes de rebeldia são individuais e premeditadas, tendo por finalidade apenas um bem para si próprio, não havendo preocupação com as consequências de seu ato posteriormente. Quando o preso que pratica estes atos é descoberto pelos demais presos, o espaço dele dentro da prisão fica reduzido, o mesmo passa a ser tratado como delator ou alcagueta e por isso acaba sendo desprezado pela massa carcerária que não aceita este tipo de comportamento.

No modelo contemporâneo de prisão, podem-se caracterizar dois tipos distintos de relação de poder por meio de violência simbólica no interior das penitenciárias. O primeiro diz respeito a presos, normalmente vinculado a algum grupo organizado e os agentes estatais responsáveis pela direção e gerenciamento da penitenciária. O segundo tipo se dá entre presos de grupos distintos, sendo que esta violência ocorre de um grupo mais organizado e, portanto com maior poder dentro da prisão, para outro grupo mais fragilizado. Também ocorre ainda a violência simbólica entre presos de grupos organizados menores ou de presos que tem alguma dificuldade de relacionamento com os demais presos da massa carcerária. Era normal que os presos mais fragilizados, e novamente segregados dentro da penitenciária acabem formando mais um grupo dentro da prisão, para que possam ter uma sensação de fortalecimento, mesmo que mínima. Não é raro que estes grupos se intulassem como “os humildes”.

Percebe-se com isto que dentro de uma prisão existiam vários grupos e subgrupos e cada um com características bem marcadas e por este motivo não podem ter o mesmo tratamento, não que algum grupo devia ter privilégio sobre outro. O que ocorre é que o corpo dirigente da prisão tem o conhecimento dos diferentes grupos que constituem a formação social da prisão, para que possam tratá-los dentro de suas especificidades. Por estes motivos se na penitenciária todos os presos tiverem o mesmo tratamento, quem se destacará perante aos demais são os grupos que já possuem algum tipo de organização.<sup>24</sup>

Até aqui foi apresentado o que acontece no dia a dia da prisão, quando os presos estão dispostos em grupos que se colocam na posição de grupos dominantes e grupos dominados e qual a importância do grupo dirigente da prisão conhecer os presos para que seja possível proporcionar um bom andamento da prisão.

A Lei de Execução Penal de 11 de julho de 1984. Em seu Artigo 5º trata sobre a individualização da pena “Os condenados serão classificados, segundo seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”<sup>25</sup>, ou seja, logo que o preso seja inserido no sistema penitenciário deverá ser feita uma avaliação do perfil dos sentenciados, a fim de serem implantados nos programas de execução conforme as condições pessoais de cada um.<sup>26</sup>

O tratamento individualizado é importante para que se tenha uma execução penal mais eficiente. A partir de programas adequados de tratamento penal, haveria mais agilidade em relação a transformação da pena do encarcerado, sendo possível

---

<sup>24</sup> No período estudado estes grupos ainda não tinham a mesma configuração das Facções criminosas da atualidade. Tratavam-se de quadrilhas ou falanges, que se caracterizavam por exercer uma liderança dentro da prisão. Normalmente estes grupos se aproximavam por afinidade através do mesmo crime ou por já se conhecerem antes de irem presos. Também no mesmo período se tem conhecimento de familiares que formavam seus grupos dentro da prisão. Um exemplo é os irmãos Savagin e os irmãos Oliveira que por muitos anos foram quem deram as ordens dentro da Penitenciária Central do Estado do Paraná. Muitos destes presos pertencentes a estas famílias permaneceram na PCE e cumpriram toda a sua pena, outros foram transferidos para outros estados após rebeliões posteriores as estudadas. A organização destes grupos acontecia de forma que o grupo tinha o domínio de vários espaços dentro da prisão, o que em muitos momentos acarretou em conflitos internos entre grupos rivais por disputas de pontos de jogo ou algum outro ponto estratégico capaz de fortalecer o grupo dentro da unidade penal. Com o surgimento das facções criminosas paulistas nas prisões paranaenses na década de 1990 é possível que muitos criminosos destas quadrilhas tenham aderido e se associado a estes grupos.

<sup>25</sup> LEP – Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm) Acesso em 08 set. 2013.

<sup>26</sup> PARANÁ. Curso de Formação Agente Penitenciário 2007 Escola Penitenciária do Paraná, Curitiba – 2007, op. cit. p. 46.

com isso uma aceleração nos tramites processuais. Mas isso não acontece nas prisões brasileiras, o aparato estatal não consegue classificar os presos de imediato e com isso os mesmos são absorvidos pela grande massa, e acabam aderindo a algum grupo existente dentro da prisão.

Como este tratamento individualizado é ineficaz no primeiro momento, a separação pelo perfil do encarcerado é efetuado após o preso já estar implantado no sistema prisional, quem efetua esta separação são os próprios funcionários no dia a dia de trabalho. Essa situação em relação ao tratamento dos grupo trata-se de uma ação operacional dos responsáveis pela segurança da prisão. Usam-se os conhecimentos da vida pregressa do preso para assim alojá-lo dentro da prisão. Podendo com isso evitar atos de violência entre presos rivais. Este tratamento é unicamente para se manter a ordem dentro da prisão e não tem nenhuma relação com a pena do preso.

Em relação ao ato de violência simbólica que se acontece na relação entre os presos e agentes estatais, pode-se dizer que é uma relação pautada por uma disciplinarização na parte operacional, regulada por uma espécie de autoridade pedagógica a qual exerce um trabalho didático de inculcação de procedimentos de segurança. Este trabalho deve ser gradativo para que se consolide uma formação duradoura, criando com isso o habitus que é produto da interiorização da imposição da cultura do grupo dominante, neste caso dos agentes estatais perante a massa de presos. A partir desta interiorização da cultura dominante passa a ocorrer uma rotinização dos procedimentos a serem realizados.<sup>27</sup>

Além desta relação em que o agente, representante legal do estado, impõe sua cultura através da operacionalidade de procedimentos, existe também nas prisões as relações de poder que acontecem entre os grupos de presos que também tentam impor a sua cultura dominante diante da massa carcerária, ou seja, os grupos organizados com mais poder dentro das instituições. Essa relação é o que “segura à cadeia” como se diz no linguajar prisional. Uma relação informal que tem por base a troca. Enquanto o grupo dominante deseja algum tipo de regalia dentro da prisão, o grupo dirigente deseja que tudo corra na mais tranquila ordem. Então o Estado, mesmo que informalmente, divide as responsabilidades de gerenciar a prisão com o grupo de

---

<sup>27</sup>BOURDIEU, PASSERON, op.cit; p. 53.

presos, que aceita tal situação alegando que está apenas lutando por direitos do coletivo carcerário. O mais preocupante neste tipo de aproximação é que podem surgir casos de corrupção por parte dos agentes. Quando isto acontece, ocorre uma inversão de valores e quem passa a exercer uma violência simbólica são os presos para com os funcionários, sendo que estes atos de violência simbólica se dão através de ameaças e chantagens.

Existem funcionários que se corrompem, cedendo diante das propostas oferecidas pelos presos e acabam ficando com suas vidas profissionais e até, em alguns casos, com suas vidas sociais nas mãos de delinquentes.

Neste mês de junho de 1985, no interior da Penitenciária Central do Estado ainda há só um grupo no poder. É o grupo do O.R.S. , o “L andão”, J.S. , Jota Catarina”, J.F. , o “ Das Tretas”, G.R.S. , O “bodão”, etc. Eles estão com o monopólio para contraversões diversas. Parece incrível, mas, parece que a direção e a segurança forneceram a eles todo o privilégio, toda a exclusividade. Já faz nove meses que eles comandam os setores mais importantes e todos os espaços da unidade”.<sup>28</sup>

Já em relação aos possíveis envolvimento com corrupção, quando os funcionários responsáveis pela manutenção da ordem e da disciplina no interior das prisões como funcionários responsáveis por questões administrativas passam a agir em parceria com os encarcerados e muitas vezes acabam ficando nas mãos dos próprios:

Comenta-se que há pelo menos três funcionários que seriam sócios da cantina; tanto da guarda de presídio como de outros setores administrativos ou da direção. O fato é que surgiram suspeitas de corrupção sobre a chefia de segurança e sobre a direção em algumas situações ocorridas”.<sup>29</sup>

A cantina que o autor se refere na citação, estava localizada no interior da Penitenciária e era administrada pelos próprios presos, ou como vimos acima por presos com o apoio de certos funcionários. Os presos que administravam este tipo de negócio dentro da prisão eram presos que tinham um alto poder aquisitivo. Neste período tanto os presos como os funcionários eram clientes da cantina, já que a posse de dinheiro dentro da prisão não era proibida. Talvez um dos produtos que mais se tivesse lucro nas vendas da cantina fosse a venda de cigarros. No período ainda não

---

<sup>28</sup> BITTENCOURT, op.cit; p. 230.

<sup>29</sup> Id. Ibid. p. 230.

existia a proibição do uso de cigarros no interior das prisões. Nos dias atuais a posse e dinheiro e o uso de cigarro é totalmente proibida no interior das prisões brasileiras.

Nas prisões contemporâneas o preso deixou de ser submisso ao controle do estado e o que surge no interior “das cadeias” é uma maneira diferente de se manter a ordem. Mesmo a prisão sendo uma instituição regida por duras leis, quase sempre se encontram aberturas para que sejam estabelecidas novas relações. Verifica-se uma distância considerável entre o discurso e a prática ocorrida no ambiente prisional. Com isso acabam surgindo relações de informalidade entre grupos distintos que convivem diariamente, grupos estes de agentes penitenciários ou guardas e presos. Para Sykes esta relação formal se dá quando:

O interno tem uma liberdade limitada de movimentos (uma liberdade que a população reclusa tenta aumentar, legitimamente, se possível, e por astúcia e convivência, se necessário) e isto prepara o palco para um maior alcance de interação social com funcionários e outros reclusos. O preso deixa sua cela para trabalhar, comer, envolver-se em recreação, submeter-se a exame médico, atender à escola, etc. é neste compromisso exigido de liberdade parcial que começamos a ver surgir as realidades da vida carcerária. Guardas e reclusos tornam-se envolvidos num padrão complexo de relações sociais, nas quais a estrutural formal da instituição penal está sujeita a um número de influências rompidas; é somente pelo entendimento da natureza e extensão das divergências do quadro oficial que podemos entender a natureza do aprisionamento”.<sup>30</sup>

Nesta citação de Sykes, é evidente a existência do rompimento com a formalidade e uma relação pautada por certa complexidade, porém mesmo com esse padrão complexo e turbulento vivido entre os muros do presídio, existe uma proximidade muito acentuada entre as partes envolvidas, ou seja, presos e guardas, suscitando com isso o estabelecimento de acordos tácitos. Estes acordos em sua maioria são estabelecidos de forma espontânea e natural por ambas as partes, servindo como blindagem para que se evite embates diários, o que acaba desgastando e tencionando o dia de trabalho do funcionário e do próprio recluso, atrapalhando com isso o desempenho das funções e as obrigações diárias. Dessa forma, nota-se que existe uma sutileza nas relações cotidianas do ambiente prisional.

---

<sup>30</sup> SYKES, Gresham M.. Crime e Sociedade. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1969. p. 80.



Para Bourdieu e Passeron:

A “maneira suave” pode ser o único meio eficaz de exercer o poder de violência simbólica num certo estado das relações de força e de disposições mais ou menos tolerantes relativas à manifestação explícita e brutal do arbitrário.<sup>31</sup>

Partindo deste ponto de vista entende-se que o guarda de presídio/agente penitenciário é considerado uma autoridade pedagógica que exerce uma influência simbólica no ambiente prisional por ser o responsável direto ao aplicar uma ação pedagógica. Esta aplicação pedagógica exercida na citação é uma adaptação para que se consiga estabelecer as relações de sociabilidade, de uma maneira mais suave, no sentido de exercer a violência simbólica com sutileza, estabelecendo uma relação de força sem um embate que por vezes poderia gerar violência física. Esta prática é usada diariamente nas penitenciárias onde os agentes penitenciários assumem uma posição mais psicológica do que pela imposição da força. Com isto as relações dos grupos que se encontram no “fundo da cadeia”, locais onde acontecem as relações mais intensas entre presos e agentes, são pautadas por acordos informais.

Nesta situação de relações sobre exercício de poder, Bodê (2005), faz uma classificação identificando quatro tipos diferentes de agentes públicos no trato com os presos no dia a dia prisional. Através de discursos de próprios agentes penitenciários uma primeira classificação se constitui no agente “bundão”, que é aquele que não enfrenta o preso, que é acomodado, vive em uma linha tênue entre a covardia e a acomodação. O segundo grupo de agentes denomina-se “sangue”, que é aquele que não se preocupa com o preso, vai para o enfrentamento com o mesmo e às vezes incorre em excessos. Também existe o grupo de agentes que Bôde intitula como os “equilibrados” que são aqueles que usam de uma contenção física quando há necessidade, mas se preocupa com as causas dos presos, é o agente que procura exercer o seu trabalho pela justiça. O último grupo de agentes é o chamado grupo de

---

<sup>31</sup> BOURDIEU, PASSERON, op.cit; p.38.

“caceteiros” que são aqueles que têm problemas pessoais e de ordem emocional e acabam descontando em cima dos presos.<sup>32</sup>

É evidente que existe esta diferenciação por parte dos agentes no tratamento com os presos e por isso, as questões de violência física acabam não ocorrendo em sua totalidade pelos agentes responsáveis pela disciplinarização. Nas definições apresentadas por Bôde pode-se perceber, exceto no caso dos “caceteiros” que descontam todos os seus problemas nos presos, que as outras classes formadas buscam algum tipo de diálogo com os presos, o que acaba gerando uma espécie de cumplicidade entre os grupos distintos, na intenção de se manter a ordem na prisão e manter o equilíbrio entre as relações de força, evitando com isso embates desgastantes que poderiam acarretar em atos de violência física. Esta maior proximidade entre agentes e presos faz com que o agente sempre saiba o que está acontecendo na prisão. Percebe-se esta relação de proximidade e informalidade entre o grupo de gestores e o de presos também em um relato na obra de Bôde (2005).

[...] era um cara que me devia favor vamos dizer assim, porque uma época aí que ele ia matar um cara dentro da ... e eu [...] ele era barbeiro nosso, fui conversar, fui conversando com ele e consegui demover ele da idéia: “ ó tá acabando tua cadeia tu vai matar o cara tu passar o resto da vida na cadeia, e esse cara patife uma hora vai morrer na cadeia – como morreu mesmo. E tu vai se incomodar, vai matar o cara aí, vai puxar cadeia pro resto da vida aí e não vai nunca dessa porra”. E o cara, né? Acho que ponderou, né? Escutou minha idéia não fez e o cara acabou morrendo e ele hoje ta em liberdade trabalhando.<sup>33</sup>

Este relato é de um diálogo informal entre um preso e um agente, na Penitenciária Central do Paraná. Na conversa entre os dois o primeiro na pessoa do agente estatal tenta convencer o segundo a não cometer um homicídio dentro da prisão. Com essas ferramentas de persuasão é que diariamente os agentes equilibram as relações internas dentro das prisões. As relações na prisão existem através de trocas, em contrapartida a este ato em que o funcionário convenceu o preso a não matar o seu desafeto e complicar ainda mais a sua situação carcerária, o preso avisou o agente que haveria uma rebelião como veremos a seguir no relato do mesmo agente:

<sup>32</sup> BÔDE, Pedro Rodolfo de Moraes. *Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: Ibccrim, 2005. p. 262 – 263.

<sup>33</sup> id. *ibid.* p. 251.

Era mais ou menos uma hora da tarde e o preso me chamou e falou assim pra mim, “ó seu J. o senhor..., aconteça o que acontecer o senhor não desça pro fundo da cadeia na hora de fechar”. Eu digo “pô mais por quê?”, ele falou: “tem faca lá embaixo e é faca pra guarda”. O que no correr do dia mostrou-se um aviso real, houve uma rebelião.<sup>34</sup>

Este exemplo é apenas um entre muitos que ilustram que a prisão, mesmo sendo uma instituição de violência total, também tem fortes relações de sociabilidade no seu interior.

Para Bourdieu e Passeron, ação pedagógica é a execução de procedimentos por todos os meios educados de uma formação social ou de um grupo, ou ainda por agentes convocados para este fim por uma instituição com função direta ou indiretamente exclusiva ou parcialmente educativa.<sup>35</sup>

Partindo da conceituação de ação pedagógica proposta por Bourdieu e Passeron, entende-se que todo o conjunto de procedimentos, signos e significados exercidos dentro de uma unidade prisional pelos agentes estatais ou presos de diferentes grupos, é um conjunto de ações pedagógicas que se constroem no cotidiano das práticas de relações de sociabilidades e disputas pela imposição da cultura do poder dominante.

Estes poderes informais que se criam no interior da penitenciária é o que gera a relação de poder interno. Como se pôde ver anteriormente, o modelo de prisão no período estudado se divide em distintos grupos de presos, que se organizam por afinidades externas à prisão, acentuadas quando os presos ainda dispunham de liberdade, por tipos de crimes ou ainda por concordarem com a mesma ideologia. Estes grupos vivem em constantes disputas de poder, exercendo violências físicas e simbólicas para impor sua cultura perante a outra.

Quando um grupo permanece resistente e acaba não cedendo à imposição da cultura dominante, que num primeiro momento o grupo que pleiteia o controle do poder impõe através da violência simbólica, ocorrem eventos de violência física com o objetivo de conferir o seu arbitrário cultural através da força. Podemos perceber isto

---

<sup>34</sup> id. *ibid.* p. 251.

<sup>35</sup> BOURDIEU, PASSERON, *op.cit.*; p.26.

com as palavras de José Vicente Bittencourt<sup>36</sup> que em seu registro de memória própria, narra fatos de caráter testemunhal enquanto atuou como agente penitenciário.

No pátio, notava-se vários presidiários sentados, demonstrando indiferença. No meio do pátio, se notava cinco presidiários com aparente calma, andando em vai e vem; as suas mãos direitas portavam “estiletas” visivelmente manchados de sangue; sangue de quatro presidiários que jaziam sem vida no pátio; expostos a outros presidiários, expostos a natureza, expostos as moscas e expostos a nós. O chefe de segurança chegou e corajosamente entrou só no pátio, onde recebeu os cinco “estiletas” dos homicidas.<sup>37</sup>

Este é um tipo conflito entre grupos diferentes, marcado por atos de violência que faz surgir uma cultura. Muitas culturas se mostram em momentos de tensões e acabam se tornando culturas dominantes, através de seus grupos que tornam os grupos mais fragilizados seus submissos. Com os presos mortos um grupo saiu em vantagem do conflito, impondo-se com isso como grupo dominante perante ou grupo que teve seus indivíduos mortos.

Outro tipo de relação de poder dentro da formação social em questão é entre os próprios presos pertencentes a grupos rivais, ou dos que não compactuam com nenhum grupo. Estes presos que não aderem a nenhum dos vários grupos existentes dentro do presídio, acabam quase que involuntariamente formando um novo grupo, pois devido à pressão que sofrem dos grupos melhor estruturados, acabam se unindo para que possam se proteger das ameaças a que normalmente são submetidos.

Seguindo na contramão deste grupo que não cede à imposição da cultura dominante, existe outro grupo de presos que, mesmo não sendo efetivamente membro dos grupos dominantes, se intitulam simpatizante ou companheiros dos grupos dominantes. Com estas atitudes este grupo reproduz o discurso e as práticas do grupo dominante, caracterizando com isso a violência simbólica conceituada por Bourdieu.

A partir da teoria de Bourdieu e Passeron, nota-se que a penitenciária é um espaço de reprodução cultural dominante que impõe e inculca certas significações, convencionadas.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> José Vicente Bittencourt, iniciou sua carreira como Agente Penitenciário no ano de 1983 até se aposentar no ano de 2010, estudou Geografia e tem formação em Pedagogia é autor do livro PENITENCIÁRIA estágio para o inferno, que narra as suas memórias enquanto exerceu a função de Agente Penitenciário

<sup>37</sup> BITTENCOURT, op. cit; p. 98 - 99.

<sup>38</sup> BOURDIEU, PASSERON, op.cit; p.29.

Bourdieu e Passeron ainda acrescentam que:

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico e arbitrária na medida em que a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à “natureza das coisas” ou a uma “natureza humana”.<sup>39</sup>

Esse grupo de significações, impostos por uma cultura dominante e que predominam nas formações sociais, em especial no nosso objeto de estudo dentro das prisões, é um conjunto de variações que beiram a ilusão, sem nenhum contrato formal firmado e nem comprovações no campo científico. Com estas significações imperantes, surge uma variação das culturas possíveis e imagináveis.

O foco destas disputas de poder entre presos no período estudado, servia para que se adquirisse algum benefício dentro da própria penitenciária como, por exemplo, o controle do tráfico de drogas, controle das bancas de jogos ou de alguns setores de trabalho interno da Penitenciária. Com isto ocorreria a imposição da cultura de um grupo dominante formando um arbitrário cultural, conforme relata Bittencourt:

Neste mês de fevereiro de 1984, há dois grupos rivais na disputa pelo poder; um está em evidência e no momento com certa vantagem. O outro está ressurgindo aos poucos [...]. O que visam, são: setores que geram alimentos não comuns; objetos de consumo; um bom conforto e até dinheiro. Os setores estratégicos são: cantinas, banca de jogos tolerados, bancas de jogos proibidos, pontos estratégicos de tráfico de drogas, pontos de “pedágios” e enfermaria<sup>40</sup>

No mesmo capítulo Bittencourt narra um episódio em que ocorre um assalto na cantina da penitenciária que, segundo ele, era administrada por um preso conhecido por “magnata”. Foram encontrados na posse dos assaltantes vários pacotes de cigarro, os mesmos alegaram que era para consumo próprio, mas para Bittencourt certamente foram forçados por um grupo rival ao grupo do “magnata” para enfraquecer o grupo do administrador da cantina no intuito de impor a sua cultura dominante.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> id. *ibid.* p. 29.

<sup>40</sup> BITTENCOURT, *op. cit.*; p. 138.

<sup>41</sup> id. *ibid.* p. 139.

Além dos episódios narrados acima em que não houve violência física entre os grupos rivais, também existiu no período muitos episódios sangrentos no combate entre grupos distintos que disputavam os espaços dentro da prisão, na intenção de impor sua cultura e dominar as ações.

Segundo Denys Cuche, a cultura surge devido as relações sociais, exercidas no espaço social. Relações que sempre se apresentarão desiguais. Esta relação de desigualdade entre os grupos faz com que exista uma hierarquia social, que por sua vez resulta uma hierarquia cultural. Como as relações são desiguais parece normal o surgimento desta hierarquia, pois as culturas não são entendidas de forma independente e sim como resultado das relações sociais. A partir de uma análise das culturas dentro de um espaço de sociabilidade percebe-se que elas se revelam em momentos conflituosos marcados por tensões e atos de violência.<sup>42</sup>

Mesmo que dentro de uma estrutura social hierárquica como a penitenciária a cultura do grupo dominante sendo sempre a cultura dominante, não se pode pensar que o grupo dominado (fragilizado), esteja desarmado no jogo cultural. Pois a cultura real só existe se produzida por indivíduos ou grupos que ocupam posições desiguais no campo social.<sup>43</sup>

Diante disso percebe-se que as culturas dos diferentes grupos que se encontram em posições diferentes dentro da hierarquia, em relação a força ou fraqueza, umas as outras. Mas mesmo o grupo mais fraco estando dominado, não significa que sua cultura esteja tão enfraquecida diante a que figura como dominante. Pois as culturas só se fazem possíveis através das relações de sociabilidades.<sup>44</sup>

Em uma análise sobre os estudos de Karl Marx e Marx Weber, quando os autores não apresentam a cultura dominante como sendo algo superior ou mesmo uma força de sua própria essência, ou seja, que agiria naturalmente no domínio das outras culturas. Cuche acrescenta que:

A força relativa de diferentes culturas em competição depende diretamente da força social relativas dos grupos que a sustentam. Falar de cultura “dominante” ou de cultura “dominada” é então recorrer a metáforas, na

---

<sup>42</sup> CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.p. 256.

<sup>43</sup> id.ibid. p. 144.

<sup>44</sup> id.ibid. p. 144.

realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou subordinação uns com os outros.<sup>45</sup>

A partir desta perspectiva percebe-se que uma cultura dominada, pode se equivaler a uma cultura dominadora. A cultura dominada encontra-se apenas em uma situação de submissão, devido o seu grupo se encontrar dominado. Com isso se conclui que jamais uma cultura dominante poderá exercer imposição a outra cultura. O que acontece é a cultura estar na condição de dominante pelo grupo que se impõe totalmente perante outro grupo mais fragilizado.

A questão da violência física pode ser dividida em dois momentos. Primeiro quando ela é exercida individualmente contra um membro do grupo adversário com a intenção de fragilizá-lo, assim reflete diretamente ao grupo ao qual o agredido faz parte e se torna uma violência simbólica contra este. O segundo momento é o da aplicação da violência física contra o grupo rival em sua totalidade, nestes casos é quando nota-se um maior grau de violência por se tratar de muitos indivíduos envolvidos. Para que se possa ilustrar isso a Tribuna do Paraná do dia 25 de Setembro de 1984, em sua primeira página noticia:

Falange da Panela ataca durante banho de Sol” [...] PRISÃO VIRA MATADOURO! [...] Estava previsto: explodiu ontem nova luta na penitenciária de Piraquara. Saldo da batalha entre duas falanges: 10 mortos e dezenas de feridos. A guerra durou 5 minutos: o suficiente para um banho de sangue na PCE<sup>46</sup>

A partir dos dois tipos de violência física descritos acima, compreende-se que com pequenas ações como o sorrateiro assalto a cantina ou indo para o enfrentamento violento como foi a chacina, os grupos se degladiam no interior das prisões. Na citação do Jornal Tribuna do Paraná a matéria se refere a “Falange da Panela”, esta era a denominação destinada ao grupo de presos responsável pela administração geral da cozinha da prisão e também responsável pelo massacre de dez presos. Falange é como eram chamados os grupos organizados no período.

Existia na Penitenciária Central do Estado do Paraná, uma busca incessante pelo poder, em uma batalha contínua por parte de dois ou mais grupos rivais. No recorte

<sup>45</sup> id.ibid. p. 144.

<sup>46</sup> JORNAL Tribuna do Paraná. Curitiba. p. 01. 25 set 1984.

temporal proposto, a PCE teve suas disputas de poder muito acentuadas. O que contribuía para isso era a forma como era praticado o funcionamento da prisão como já citado anteriormente. Enquanto em outros estados as penitenciárias já contavam com novas maneiras de funcionamento, no Paraná ainda continuavam soltas.<sup>47</sup>

Em um dia normal na penitenciária os primeiros presos a saírem das celas eram os presidiários que prestavam serviços na cozinha da própria penitenciária. Este procedimento ocorria as 5 horas da manhã. Os mesmos presos eram recolhido ao término de suas atividades apenas no período noturno. Às 9 horas os demais presos eram soltos.<sup>48</sup> Nota-se que alguns presos permaneciam soltos no interior da cadeia durante o dia todo e eram recolhidos a suas celas apenas para dormirem.

Analisando o que Bittencourt coloca é visto que os presos que prestavam serviços na cozinha tinham algum tipo de privilégio por serem sempre os primeiros a serem soltos e os últimos a serem recolhidos em suas celas. Com isso entende-se que estes presos tinham o controle de toda a situação: neste período aqueles que prestavam serviços dentro da penitenciária eram membros dos grupos dominantes que exerciam tanto violência física como violência simbólica para com os demais presos que ali cumpriam suas penas. Esta situação de controle ficou evidente como quando anteriormente foi descrito que membros do setor da cozinha geral, que teriam acesso a armas e maior facilidade em se locomoverem na prisão, invadiram um pátio onde presos de grupo rival tomavam banho de sol e assassinaram seus desafetos.

## **1.2. Relações de poder entre a massa carcerária e o grupo dirigente da Penitenciária.**

Dentre as diversas relações de sociabilidade existentes dentro das prisões, sem dúvida a relação entre agentes penitenciários e presos é complexa, mas a partir dela é

---

<sup>47</sup> No Estado do Paraná, na década de 1980, existiam apenas duas prisões para presos condenados. A PCE – Penitenciária Central do Estado e a PPC – Prisão Provisória de Curitiba tinham o seu funcionamento parecido. No mesmo período, no Estado do Rio de Janeiro, já existia a Penitenciária Milton Dias Moreira, considerada de segurança máxima onde presos cumpriam suas penas isolados dos demais devido a alta periculosidade. Neste Estado já existia uma preocupação em isolar presos líderes de alguns grupos organizados. Existia ainda o Presídio de Ilha grande, também no Estado do Rio de Janeiro, o qual concentrava uma população mista de presos políticos e presos comuns.

<sup>48</sup>BITTENCOURT, op.cit; p. 180-181.



que se constrói um dos pilares que sustentam o andamento e a ordem dentro dos presídios. Entende-se que, no interior da organização prisional, existe uma cultura própria em que presos e agentes convivem diariamente no mesmo ambiente, repleto de ações de violência e tensões exercidas entre os diversos grupos existentes.

O cotidiano penal é marcado por uma mescla entre um sistema de punição, que muitas vezes por falta de ferramentas não é seguido como diz o texto da lei, e uma rede de relações informais. A falta de execução da lei se caracteriza muitas vezes pelo desinteresse de alguns membros do corpo dirigente da prisão, ou mesmo por falta de mão de obra disponibilizada pelo estado. O setor jurídico da penitenciária deve ser o que mais funcione. Se o preso estiver com o seu andamento jurídico em dia, ele ficará mais tranqüilo, o que reduzirá o conflito diário com os funcionários. Muitos dos embates diários entre funcionários e presos acontecem devido a falta de atendimento dos setores técnicos da prisão, que funcionam de forma precária.

Dessa forma, verifica-se uma distância considerável entre as leis que regulamentam as prisões e as práticas exercidas no interior dela. Por este motivo acabam surgindo novas práticas de relacionamento no interior da prisão. Entre as relações que mais se destacam estão os acordos informais entre grupos distintos que convivem diariamente, grupos estes de agentes penitenciários e presos.

É difícil descrever, mas o que acontece em um estabelecimento penal não acontece em nenhum outro lugar da sociedade. Na penitenciária existem regras que não estão no papel, mas são cumpridas à risca. É perceptível que estas regras são as leis da cadeia, as quais são exercidas de forma admirável por ambas as partes. Na penitenciária existem muitos códigos próprios daquele ambiente, a partir destes é estabelecido, mesmo que tacitamente, uma relação de convívio entre presos e funcionários, para que se mantenha a ordem na prisão.

O agente penitenciário não consegue manter a ordem e disciplina na instituição penal através apenas de procedimentos de segurança, da força física ou de ameaças de castigos. Se faz necessário uma proximidade com os presos para que de uma forma negociada se mantenha o controle das ações no interior da prisão. Esta relação de proximidade é uma linha tênue, um tanto quanto perigosa, que pode se romper a qualquer descuido. Com esta cumplicidade no relacionamento entre presos e agentes

estatais, a disputa de poder interno permanece em equilíbrio. No período estudado existia um respeito mútuo entre estes dois grupos e era a única forma de se manter a ordem já que, em praticamente todos os presídios brasileiros, inclusive nos paranaenses, existia uma defasagem gigantesca de funcionários, o que acabava sendo desproporcional o número de guardas diante do número de presos.<sup>49</sup>

Vejamos o que Sykes pensa a respeito disso:

“Um guarda não pode depender da direta aplicação da força para conseguir obediência, pois é um homem contra centenas; e se continuamente pede ajuda adicional, torna-se um problema para a administração da prisão que tem escassez de pessoal”.<sup>50</sup>

É certo que no período estudado a cumplicidade e o respeito entre guardas e presos era mais visível do que nos dias atuais. Esta relação de cumplicidade acontecia, pelo fato de haver a necessidade de existir uma proximidade entre ambos. A partir desta aproximação também existia uma espécie de acordo entre o corpo dirigente da penitenciária, o qual representa o Estado e as lideranças dos presos. Estas negociações serviam para manter a ordem dentro da “sociedade dos cativos”. O Estado, através apenas de seus representantes legais, se via incapaz de aplicar a lei total dentro dos presídios. Com isso a administração prisional “estará negociando, participando da

---

<sup>49</sup> Na PCE esta situação era evidente no período pesquisado uma vez que os guardas estão diariamente a mercê dos criminosos, quando cerca de 30 agentes eram responsáveis por aproximadamente 1500 presos. Para que isto se confirme pode-se verificar na escala de serviço do dia 06 para o dia 07 de fevereiro de 1985, quando o efetivo da guarda totalizava 47 agentes divididos em aproximadamente 25 postos, entre eles estão portaria externa e motorista. Estes postos de serviço são importantes para o funcionamento do presídio, mas quem neles está escalado não trabalha diretamente no fundo da cadeia, onde se encontra a grande maioria dos presos, ou seja, o coração da cadeia. Portanto se diminuí-los da soma chega-se à realidade daquele período. Retirando da soma quatro funcionários da portaria externa e um motorista, chegamos ao número de 42 funcionários. O total de presos neste período já era de mais de mil, pela contagem de 15 de fevereiro de 1985, oito dias após a escala de serviço analisada, a penitenciária contava em sua contagem geral com 1.154 presos. Com estes dados percebe-se que em fevereiro de 1985 havia uma média de 28 presos para cada guarda. Nos dias atuais se exige a proporção mínima de cinco presos por Agente Penitenciário (segundo a RESOLUÇÃO CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) Nº1 DE 09 DE MARÇO DE 2009). Disponível em: [WWW.mp.gov.br/biblio/informa/270311579.htm](http://WWW.mp.gov.br/biblio/informa/270311579.htm). Acessado em; set. 2013.

<sup>50</sup> SYKES, op.cit; p. 90.

política interna da “sociedade dos cativos” como um de seus atores, concedendo privilégios e reconhecendo informalmente estruturas de poder paralelas e ilegais”.<sup>51</sup>

No âmbito das prisões diariamente ocorrem negociações entre o grupo de presos e o de agentes estatais, responsáveis pela manutenção da ordem. Com isso a prisão acaba se dividindo como espaço de negociações, que podem ser suaves ou tensas, embates de disputa e imposição de poder. Não se pode afirmar que tudo é negociável na prisão porque não é isto que acontece por vezes algo sai do controle e o enfrentamento entre os grupos passa a ser inevitável como veremos adiante.

Quando algo sai do controle e os presos tentam quebrar as regras formais da prisão, os agentes têm que exercer sua função e partir para o embate com os presos. Em alguns destes casos pode ser necessário até contenção física. A seguir analisaremos uma tentativa de fuga frustrada. Conforme relata em seu livro “Penitenciária estágio para o inferno” o agente Penitenciário aposentado José Vicente Bittencourt:

Na portaria interna, nos encontramos com um guarda da inspetoria que havia recebido uma comunicação via interfone. Este Alertou.

\_ Fuga na 7<sup>a</sup>.

Nós novatos, estávamos num grupo de aproximadamente 18 elementos. Havia uma mistura de ansiedade e histeria, naquela correria. A correria até pareceu cômica. Uns estavam despenteados, outros estavam arrumando as calças e um ficou com os sapatos invertidos nos pés. Era natural, pois não tínhamos completado um mês na função e sentíamos que teríamos uma boa dose de ação, pois a adrenalina estava estimulada. A correria só foi encerrada no portão do pátio da 7<sup>a</sup> galeria onde nos juntamos aproximadamente com 10 guardas experientes, alguns da inspetoria.

Estes informaram:

\_ São 5.

Tratava-se de uma tentativa frustrada de cinco elementos da 7<sup>a</sup> galeria, a galeria do castigo. A galeria confinava presos perigosos; alguns mafiosos, que cumpriam castigo por infringirem regulamentos do estatuto penitenciário. Naquele pátio escuro estavam os elementos prontos para se entregarem, pois seria inútil continuar. Eles foram frustrados antes de transporem o citado muro do pátio da 7<sup>a</sup> galeria, de altura média. Após, os cinco teriam que transpor o muro (“murão”) de 5 metros de altura e arame farpado. Além do mais, a policia militar, responsável pela guarda externa, havia sido comunicada e eles sabiam disso. Então, saíram do pátio e já foram rigorosamente submetidos a uma revista pessoal. Em um dos bolsos de uma calça, foi encontrado um pacotinho com pimentas. Segundo alguns guardas antigos, a intenção dos detentos seria a de tentar despistar o faro dos

---

<sup>51</sup>COELHO, Edmundo Campos. A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 36.

cachorros dos policiais militares. Para uma vistoria melhor, foi ordenado que os presidiários ficassem nus. Dois deles tremiam de frio, nervosismo e falavam:

- A “vaca berrou” e atrapalhou.
- Não deu, fazer o quê? Ponto pra guarda.<sup>52</sup>

Este trecho narra uma situação que saiu do controle no cotidiano de um agente penitenciário e os seus conflitos com os presos que lá se encontram. Conforme citado acima, se tratou de uma tentativa de fuga frustrada. Este plano de fuga se deu pelo fato do corpo da guarda, em sua grande maioria, já se encontrar no alojamento descansando para posteriormente seguirem para seus horários de escala noturna, chamados quarto de horas. Com isto a segurança da Penitenciária se encontrava fragilizada.

Na última frase da citação há um tom de ironia por parte do guarda de presídio. O agente estatal fala para o preso: ‘Não deu, fazer o que? Ponto para guarda’<sup>53</sup> como se o corpo da guarda tivesse vencido uma batalha dentro de uma guerra diária que se estende pelas 24 horas do dia. Muitos destes acontecimentos que os funcionários frustram os planos dos criminosos, não é devido a existência de um serviço de inteligência interno, ou por intuição dos funcionários com mais experiência as ações da cadeia. Na maioria das vezes é um próprio preso que informa o grupo que dirige a prisão sobre os fatos, em troca de algum benefício.

Talvez o informante, seja o personagem mais importante na rede de negociações internas da penitenciária. Afinal é impossível que o corpo dirigente da prisão tenha conhecimento de tudo o que acontece.

Para Drauzio Varella<sup>54</sup>:

“A relação entre o carcereiro e o informante é interesseira: um precisa da informação, outro pretende usá-la como moeda de troca para obter a maior vantagem possível; delações desinteressadas são raras. Entregar o companheiro sem pedir nada é tão incomum que o funcionário não descansa até descobrir a verdadeira motivação por trás dele.”<sup>55</sup>

<sup>52</sup> BITTENCOURT, op.cit; p. 39.

<sup>53</sup> id. ibid. p. 39.

<sup>54</sup> Drauzio Varella, formado em medicina na USP, foi voluntário por treze anos na Casa de Custódia de São Paulo mais conhecido como Carandiru, atualmente trabalha na Penitenciária Feminina de São Paulo. Também é autor do livro Estação Carandiru no ano de 1999.

<sup>55</sup> VARELLA, Drauzio. Carcereiros. 1Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.p.41.

É perceptível pela citação de Varella que o informante sempre tem algum tipo de interesse para o seu bem próprio ou para prejudicar algum rival. Vale ressaltar o valor memorialístico e testemunhal do médico que frequentou as mais diversas cadeias paulista durante mais de 23 anos. Varella ainda acrescenta alguns motivos que levam o preso a delatar outro preso ou algum plano que esteja prestes a ser colocado em prática.

“Um preso pode avisar que em um xadrez há um quilo de cocaína apenas com a intenção de eliminar um concorrente comercial; outro pode contar que estão cavando um túnel só por ter sido alijado do grupo ou para vingar-se de uma desavença; outro o faz porque está para ser libertado e tem medo de sofrer punição por culpa dos companheiros.<sup>56</sup>”

A delação ou alcaguetagem é uma prática corriqueira em qualquer prisão, assim como Varella observou atos de delação nas prisões paulistas, Bittencourt também testemunhou algumas atitudes semelhantes enquanto ocupou a função de Agente Penitenciário na Penitenciária Central do Estado do Paraná. Em seu livro “PENITENCIÁRIA estágio para o inferno”, Bittencourt narra um episódio em que um delator, também conhecido como “passarinho”, informou a chefia de segurança a respeito de um túnel para suposta fuga de presos:

“Um “passarinho”, discretamente “entregou” para a chefia de segurança um assunto que envolvia um túnel na 1ª galeria. A inspetoria foi convocada a confirmar a delação e então, foi um grupo de guardas para a galeria. A revista de inspeção estava sendo realizada com calma e moderação. Até o cubículo 21, nada de alteração havia surgido. No cubículo 22 da 1ª galeria, foi descoberto o túnel com facilidade; o que se estranhou, foi o fato de não ter sido encontrado nenhum saco armazenado com terra. Após rápida averiguação, embora camuflado, foi descoberto um rombo na parede do teto. O rombo facilitava uma ligação com o cubículo 22 da 4ª galeria, que se localizava acima da 1ª e estão no mesmo nível. Toda a terra escavada no túnel era enviada ao cubículo da 4ª galeria.<sup>57</sup>”

Com tantas tentativas de fuga através de túneis ou “tatus”, a Penitenciária Central do Estado foi apelidada anos depois de um grande “Queijo Suíço”, devido a grande quantidade de túneis cavados pelos presos para possíveis fugas. Em sua grande maioria estas tentativas de fuga, ou as fugas que obtiveram sucesso, foram planejadas

<sup>56</sup> Id. *ibid.* p. 41.

<sup>57</sup> BITTENCOURT, *op.cit.*; p. 117.

e financiadas por grupos que eram detentores de maior poder financeiro e organizacional dentro da prisão.

Outra relação acentuada dentro da prisão são os acordos informais feitos entre o grupo dirigentes da prisão e os presos que de alguma forma tem certo respeito da massa carcerária. Muitas vezes estes presos são os líderes dos grupos que mantêm a sua cultura imposta diante dos demais presos. Devido à defasagem de material humano e o grande número de presos que se encontram dentro das unidades penais, o corpo dirigente muitas vezes acaba cedendo e recorrendo a ajuda de alguns criminosos para gerir a prisão.

Segundo Fernando Salla, quando o Estado perde o controle das prisões acaba “conseguindo segurar a paz interna somente pela delegação do dia a dia prisional às lideranças desses grupos criminosos”.<sup>58</sup> Estas relações também se caracterizam por interesses, neste caso de ambos os lados: os presos desejam algumas regalias e os dirigentes querem que a prisão permaneça em paz, ou seja, sem eventos rebelatórios.

Normalmente, quando se fala de prisão e da relação entre presos e agentes penitenciários, a sociedade em geral tem em mente a visão de uma prisão com modelo punitivo, em que o agente do estado é o carrasco responsável direto pelo sofrimento do preso e para que a sua pena seja cumprida com suplício, com a aplicação de castigos corporais e com o apenado assumindo um papel de submissão perante o representante legal do estado.

A partir das leituras e das experiências vivenciadas pelos autores percebe-se que nas prisões contemporâneas o preso não é mais submisso ao controle do Estado e o que surge no “fundo das cadeias” é uma maneira diferente de se manter a ordem, pautada por negociações informais que refletem no andamento diário das ações internas, no intuito de manter a disciplina e a ordem dentro das prisões, evitando com isso enfrentamentos entre os grupos.

### **1.3. Relações entre presos e o mundo externo.**

---

<sup>58</sup> SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. Revista Sociologia, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 274 – 307, jul/dez. 2006.

Atualmente é cada vez mais recorrente a mídia noticiar diversos tipos de crimes os quais as ordens partem de presídios. Esta prática vem acontecendo em todo o Brasil, inclusive em presídios federais, considerados de segurança máxima, em que se encontram celas de isolamento os maiores criminosos brasileiros, membros de diversas facções criminosas de todo o país. Os crimes comandados de dentro das cadeias têm as mais diversas motivações: controle do tráfico de drogas, assassinatos, sequestros, atentado contra órgãos públicos ou autoridades, dentre outros.

Mesmo preso, os criminosos continuam controlando seus negócios de dentro da prisão, não que isto seja novidade no mundo do crime, pois sempre aconteceu desta forma, talvez não com tanta agilidade como acontece nos dias de hoje. Mas o que evoluiu nas últimas décadas? Com o avanço no campo das tecnologias, a comunicação ficou muito mais rápida. Os criminosos não pararam no tempo e evoluíram também, junto a isso o crime e a prisão se tornaram mais dinâmicos. Por este motivo é que na atualidade a mídia veicula quase que diariamente notícias referentes a estes crimes. Da mesma forma que a mídia noticia rapidamente os acontecimentos, os crimes também começaram acontecer com muita rapidez.

Embora a posse de aparelhos celulares seja proibida no interior das penitenciárias brasileiras, caracterizando como falta disciplinar de natureza grave, que, como dispõe o artigo 50 da Lei de Execução Penal<sup>59</sup>. O cenário ao qual nos deparamos nos dias de hoje se deu principalmente a partir do seu advento e modernização. Quanto mais os aparelhos evoluíram, principalmente em se tratando dos seus tamanhos cada vez menores e da maior quantidade ferramentas de uso, mais se tornaram objetos comuns dentro das prisões. Mesmo este fato tendo sido um divisor de águas dentro do mundo do crime e da estrutura prisional, o celular não trouxe só benefícios para os presos ou criminosos que estão em liberdade. Muitas ações policiais acontecem a partir de investigações efetuadas através de escutas telefônicas, com devida ordem judicial. Estas escutas podem ser a partir de conversas feitas através de aparelhos que se encontram dentro das prisões ou fora delas. As gravações de

---

<sup>59</sup> Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:  
VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. (Incluído pela Lei nº 11.466, de 28 de março de 2007. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em 08 ago. 2013.

conversas através de “grampos” podem ser usadas como provas contra o acusado de algum crime. Assim como surgiu uma ligação rápida entre o mundo interior da prisão e a sociedade, também facilitou para que vários crimes fossem elucidados e várias quadrilhas desmanteladas e presas.

No período estudado este contato com o mundo exterior já existia, só que de uma maneira mais lenta e deficitária do que conhecemos atualmente. Os criminosos do período também controlavam seus negócios fora do muro das prisões, só que de maneira tradicional, basicamente esta comunicação se efetivava pelo meio de cartas ou pelas visitas que frequentavam a penitenciária apenas nos finais de semana. Outra artimanha, porém menos usada era a comunicação pelos programas de rádio através de recados.

Na Penitenciária Central do Estado do Paraná, objeto de estudo desta pesquisa, em um determinado período entre os anos do recorte temporal proposto, teve um telefone público instalado nas suas dependências para que os presos pudessem fazer suas ligações e manter contato com o mundo externo. Esta cabine telefônica foi desativada devido a muitas ligações para políticos, juízes, promotores e demais autoridades. Algumas ligações tinham conteúdo de ameaças e outros sobre possíveis ajudas sobre seus processos penais ou apenas “trotos”. Estas atitudes infringiam o inciso XV do artigo 41 LEP.<sup>60</sup>

Com a desativação do telefone público, os dias de visita eram propícios para que os presos pudessem obter informações sobre o mundo externo. Nestes dias obtinham notícias referentes aos seus “negócios” na rua. Estes negócios tratavam-se de tráfico de drogas ou algum outro tipo de crimes controlados de dentro da prisão. Também recebiam informações sobre a atuação de seus rivais que se encontravam em liberdade e possíveis “mancadas” que seus aliados tivessem dado na rua, ou seja, os deslizes cometidos por seus parceiros na sociedade externa a prisão. Para o encarcerado o dia de visitas era um momento importante para se tomar decisões a

---

<sup>60</sup> Art. 41 – Constituem direitos do preso.

XV – contato com mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. LEP – Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm) Acesso em 05 ago. 2013.



respeito de assuntos relacionados ao mundo do crime, tanto interno como externo aos muros da prisão.

Mesmo a prisão sendo considerada uma cidade cercada por muralhas, ou uma “microcidade fechada” <sup>61</sup>, como sugerem alguns estudiosos, e trabalhadores que desempenham suas funções no interior dela, a prisão não faz funcionar as suas engrenagens paralelamente ao mundo externo, muito pelo contrário existem visíveis linhas de ligação com a sociedade além dos muros do presídio.

Através de relatos de Agentes Penitenciários e presos que trabalharam e cumpriram pena na PCE durante a década de 1980 é perceptível que, mesmo a penitenciária tendo as suas atividades comerciais intensas e bem delimitadas dentro de seus limites, a ligação com o mundo externo era fundamental principalmente para o abastecimento das bancas, cantinas entre outros setores que necessitavam de produtos da rua. Por estes motivos as relações eram bem visíveis com o mundo externo como pode ser observado por meio dos jornais elaborados pelos próprios presos naquele período.

No exemplar do jornal “REALIDADE” de fevereiro de 1985, em uma de suas notas, se evidencia uma ligação com o mundo externo:

“O Esporte Clube Pinheiros, e também o Colorado Esporte Clube, através do Sr. Paulo Melere, funcionário desta Unidade, fizeram a doação de material esportivo, fora de uso para as equipes profissionais, mas de grande utilidade e proveito para a ASSOCIAÇÃO ASAS, a qual coordena e representa o esporte dentro da P.C.E.” <sup>62</sup>

Devido as dificuldades e a falta de interesse do Estado para com a população carcerária, era necessário que se firmassem convênios com instituições privadas para conseguir algumas doações ou shows culturais para entretenimento dos presos. Como se viu na citação, clubes de futebol profissional de Curitiba fizeram doações de materiais esportivos, bem como realizavam amistosos com o time de futebol existente na penitenciária.

Além destas parcerias no mundo esportivo, aconteciam também eventos culturais na PCE, proporcionando com isso uma ligação com o mundo externo. No

---

<sup>61</sup> BÔDE, op.cit; p. 220.

<sup>62</sup> JORNAL Realidade. Piraquara. p.7. jul – 1985.

exemplar do jornal realidade de fevereiro de 1985, se noticiou a realização de um show musical nas dependências do teatro da unidade penal. A seguir a notícia sobre um show realizado para os encarcerados:

“No ultimo 02-02-85, foi um dia diferente para nós internos da P.C.E., a muito tempo que o teatro da Unidade não recebia um platéia tão grande ,quase mil pessoas, e os responsáveis por toda esta movimentação foram 2 conjuntos de Punk Rock, o “ Guerrilha Urbana”que aproveitou para fazer a sua estréia aqui na Penitenciária e o veterano “Beijo á Força”, que até 1982 se apresentava com o nome de ‘Contra-Banda”.<sup>63</sup>

O jornal “REALIDADE”<sup>64</sup> era um elo entre a população carcerária e o mundo externo, tinha seu expediente dentro da Penitenciária Central do Estado, foi fundado em 08 de outubro de 1984 e a tiragem impressa do exemplar analisado foi de 800 exemplares.

#### **1.4. O PALCO DE OPERAÇÕES DURANTE UMA REBELIÃO E SEUS PERSONAGENS.**

Para que o leitor se ambiente melhor no capítulo seguinte que tratará da análise de dois eventos rebelatórios ocorridos da década de 1980 na Penitenciária Central do Estado do Paraná, na cidade de Piraquara, será proposta neste momento uma introdução a respeito de como se percebe uma rebelião

Conclui-se que o evento rebelatório é um espetáculo de terror e medo que envolve diversos personagens, uns bons e outros nem tanto. É perceptível existência uma sequencia de acontecimentos sobre um palco que se monta. Estes personagens atuam dentro das suas funções na tentativa de minimizar o sentimento de dor e medo perante atos muitas vezes muito violentos.

---

<sup>63</sup> JORNAL Realidade. Piraquara. P. 10. Jul - 1985

<sup>64</sup> O jornal Realidade foi fundado na Penitenciária Central do Estado em 08/10/1984, seu corpo editorial era formado por presos da própria prisão, mas tinha como seus colaboradores funcionários e pessoas da sociedade. Aparentemente o jornal tinha uma boa recepção de leitura por parte dos presos que ali se encontravam encarcerados, pois em suas matérias o jornal tratava de diversos assuntos de interesse da massa carcerária. Assuntos estes referentes a Leis, manutenção da estrutura física da prisão, serviço social, entretenimento entre outros assuntos de interesse coletivo. Não se tem informação de por quanto tempo ocorreu a circulação deste jornal mas o exemplar analisado teve uma tiragem de 800 exemplares. Este jornal era produzido mensalmente.

Sem dúvida, as rebeliões são muito desgastantes para todas as partes envolvidas, motivo pelo qual não temos notícias destes eventos todos os dias, semanas, meses, ou anos. No momento em que as rebeliões se estabelecem, já nos primeiros minutos é a fase mais crítica do evento, quando todos os envolvidos estão com os nervos aflorados. Neste momento se cria um cenário, onde passam a fazer parte diversos personagens. Nesta pesquisa elencaremos os cinco principais grupos e suas subdivisões internas que fazem parte de uma rebelião. Em ordem aleatória analisaremos estes grupos que se dividem em: presos, funcionários, familiares, policiais militares e profissionais da imprensa. Outro grupo que em alguns momentos pode ter um papel muito importante nestes eventos são os profissionais da área da saúde.

O primeiro grupo que surge nesta divisão é o de presos, o mesmo pode-se subdividir em três subgrupos, eles figuram como os líderes da rebelião, mas em muitas vezes também podem ser vistos como os próprios reféns de outros presos. Esta condição do preso se tornar refém de outros presos acontece pelo motivo que certos presos fazem parte de grupos rivais aos presos que controlam a rebelião ou por serem presos do “seguro”. Outro papel desempenhado pelos presos em momentos de rebeldia é o de meros figurantes. Os que desempenham esta posição são os que não tomam partido nas ações de negociação com os policiais, neles não é identificada nenhuma dentro do evento ou dos grupos que lideram o ato de rebeldia.

Pelo motivo destes presos não terem ligação com o grupo que dirige a rebelião não quer dizer que obrigatoriamente serão mantidos como reféns, na maioria das vezes estes presos têm o respeito dos demais presos por terem suas “caminhadas sem rastros no crime”, ou seja, nunca vacilaram na prisão ou mesmo fora dela. Este subgrupo mesmo que involuntariamente acaba tendo a função de fazer número e confundir os policiais em momentos de possíveis negociações ou ameaças aos reféns.

Como os presos deste grupo, não têm nenhum tipo de confusão com outros presos permanecem em todo o momento que a rebelião está acontecendo caminhando de um lado para outro no interior da unidade, ou sobem até a laje, como aconteceu nas rebeliões da década de 1980, na Penitenciária Central do Estado do Paraná, objeto desta pesquisa. Este tipo de atitude pode causar dificuldades para que os policiais

identifiquem quem são as principais lideranças do motim, ou possíveis presos ou funcionários que se encontram como reféns e também permanecem durante o evento na parte superior da prisão.

Outros presos ali permanecem para acompanhar mais de perto as negociações na expectativa que as coisas se resolvam o mais rápido possível. Como estes presos não têm relações mais estreitas com os presos responsáveis pelas negociações, os líderes do motim, possivelmente não serão agraciados com supostas transferências de unidade após o término da rebelião, os mesmo permanecerão na unidade e acompanharão o desfecho e o pós-rebelião. Este grupo de presos que não tem participação efetiva no levante pode ser chamado de “massa” ou “população”, usam-se estes termos para presos que não vivem nas galerias de “seguro” e para presos que não fazem parte de grupos criminosos organizados.

Os funcionários são o segundo grupo identificado no cenário de uma rebelião, estes podem ser tanto agentes penitenciários ou profissionais do corpo técnico da prisão. E qual é papel dos funcionários nas rebeliões? Na maioria das rebeliões os funcionários figuram como reféns, ao lado de presos como se viu anteriormente. O que pode-se perceber, que sempre que eclodir uma rebelião terá um funcionário presente na hora do acontecimento, mesmo que ele não permaneça como refém ele estará próximo da situação, que irá gerar uma grande tensão. Ou o funcionário que está responsável pela segurança, abrirá um determinado portão, uma porta, ou alojará presos rivais em locais próximos ou descobrirá um plano de fuga, entre outras ações rotineiras do cotidiano penal. Estas ações citadas são apenas alguns exemplos de motivos, capazes de desencadear movimentos rebeldes por parte dos presos. Quando acontecem os “güentos” outros funcionários que podem correr o risco de permanecerem na condição de reféns são os profissionais do corpo técnico: (psicólogos, enfermeiras, professoras assistentes sociais entre outros).

Tem-se conhecimento em diversos movimentos de rebeldia em que estes profissionais do corpo técnico da prisão foram mantidos como reféns. Quando um profissional desse quadro é mantido como refém ocorre uma divulgação ainda maior do evento na mídia.

Outro grupo que não figura entre os servidores públicos, mas decidiu-se acrescentar a este grupo, são os religiosos que prestam assistência espiritual no interior das prisões, mesmo estas pessoas tendo um respeito pela população carcerária, não estão livres de serem envolvidos em uma rebelião. Estes funcionários e religiosos citados acima são os que se encontram em pior situação dentro do evento.

Estas pessoas não fazem parte do cotidiano prisional, os profissionais do corpo técnico da prisão e professores têm contato com os presos poucas horas por dia, em determinados períodos ficam dias sem contato com o interior da prisão, por este motivo tudo para eles soa como novidade no momento em que possam estar em posse dos presos. Isto somado a tensão da situação, acaba gerando um sentimento de temor e ansiedade nesses profissionais.

Os agentes penitenciários que estão em contato diário com os presos e estão totalmente habituados ao ambiente de periculosidade no interior da cadeia também se encontram em uma posição delicada, pois são eles os principais responsáveis pela manutenção da ordem e disciplina e aplicação das leis no interior da prisão. Quando a rebelião acontece, naquele momento há uma inversão de valores, e os mesmos acabam por ficarem submissos as ordens de criminosos. Com isso se sentem impotentes diante de tudo o que está acontecendo.

Outro grupo que compõem este quadro são os familiares, que se dividem entre familiares de presos e de funcionários. Alguns destes familiares rumam para frente da penitenciária quando a crise está estabelecida. Este interesse acontece por estas pessoas terem parentes mantidos como reféns ou apenas por curiosidade. É perceptível pela leitura das fontes que não importa qual a posição que o preso se encontra no evento de rebeldia os familiares seguem para frente da prisão.

Na Penitenciária Central do Estado do Paraná, por ser a porta de entrada do Complexo Penitenciário de Piraquara<sup>65</sup>, quando acontece uma rebelião aglomeram-se

---

<sup>65</sup> Atualmente o Complexo Penal de Piraquara conta com oito unidades que recebem presos do sexo feminino e masculino, nos regimes provisório, semi-aberto e condenado. As unidades que compoém o complexo são: PCE - Penitenciária Central do Estado, PEP - Penitenciária Estadual de Piraquara 1, PEP 2 - Penitenciária Estadual de Piraquara 2, COT - Centro de Observação Criminológica e Triagem, PFP - Penitenciária Feminina de Piraquara, PCEF - Penitenciária Central do Estado Feminina, CCP - Casa de Custódia de Piraquara e CPAI - Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná.

um grande grupo de familiares e curiosos<sup>66</sup>. Grande parte destas pessoas são moradores das regiões próximas e possuem familiares ou conhecidos que lá cumprem suas penas ou trabalham. Os familiares seguem para frente do presídio na esperança de ter qualquer notícia a respeito de seus familiares que se encontram dentro da Penitenciária.

Quando acontecem as rebeliões os familiares dos presos vão para frente da penitenciária, na tentativa de exigir que as autoridades acatem as reivindicações solicitadas pelos amotinados. É uma mistura de preocupação e euforia em um espaço, onde familiares de presos, que ocupam diferentes papéis no cenário rebelatório, se encontram juntos. Neste momento, não importa se é familiar do preso líder ou de refém, os familiares estão tomados por uma angústia e na expectativa que acabe o evento o mais rápido possível.

Muitas pessoas que seguem para frente do presídio estão preocupadas com a vida de seus familiares. Mas também existem grupos que exaltam os criminosos pela suas atitudes em se rebelar na prisão. Mais uma vez, agora pela atitude de alguns familiares, é perceptível que nestes momentos ocorre uma inversão de valores. O Estado, responsável pela manutenção da ordem dentro das prisões, nos momentos de crise passa a estar impotente enquanto os criminosos detêm o domínio de toda a situação.

Outro grupo envolvido em eventos desta dimensão é a Polícia Militar, que é quem assume o comando das negociações a partir do momento que a crise é estabelecida. A Polícia Militar talvez seja o grupo que tem o papel mais importante neste palco de operações. Ela é a principal responsável pela resolução da crise e para que isto ocorra há a necessidade de disponibilizar um relevante efetivo na parte interior e exterior da prisão.

---

<sup>66</sup> Em Piraquara a prática de aglomeração de familiares e curiosos em frente as Penitenciárias só é possível na PCE, por se tratar da porta de entrada do Complexo Penitenciário de Piraquara. Nas demais unidades que compõe o Complexo o acesso é restrito apenas a funcionários e pessoas autorizadas, o que faz com que os familiares e curiosos permaneçam distantes das unidades que estão acontecendo às rebeliões. O que dificulta este acesso mais próximo dos familiares e curiosos é o fato de existir uma portaria que controla a entrada de pessoas, evitando com isso possíveis atos que atrapalhem o andamento das negociações.

Como se pode analisar acima, quando é tratado do grupo de familiares e curiosos, que em momentos de crise se aglomeram na frente da prisão percebe-se o primeiro papel da Polícia Militar. Com a aglomeração de pessoas que poderão atrapalhar as ações policiais é necessário que se monte uma barreira para isolar o foco central do motim. Esta barreira também é importante para que os familiares e curiosos não tenham acesso mais próximas às áreas destinadas às negociações.

Como durante o evento passam a existir tensões tanto na parte interna como externa da prisão este cerco feito pela polícia é importante para que se mantenha a ordem ao redor da prisão. Outra função importantíssima da Polícia Militar nas rebeliões é a responsabilidade de todas as negociações a partir do momento que se inicia a rebelião. Além da segurança de todos os envolvidos.

Nesses tipos de ação a polícia militar se subdivide em grupos operantes. Na parte externa ficam policiais responsáveis pelo controle do fluxo de pessoas que desejam adentrar ao complexo, ficam postados na cancela do portão principal identificando as pessoas autorizadas a entrar e barrando as que não têm autorização. Outro grupamento da Polícia Militar que permanece postado na parte externa da prisão é o Regimento da Cavalaria, que tem como função efetuar rondas por todo o perímetro externo da penitenciária. Esta atividade é de suma importância para que se evitem fugas enquanto a atenção está voltada para o foco central do motim.

Já na parte interna da penitenciária existe o grupo de negociadores, também policiais militares treinados para este tipo de situação. Esta prática atualmente é destinada ao COE- Comandos de Operações Especiais da Companhia de Polícia de Choque.

Em tempos anteriores a questão das negociações em momentos de crise era precária. Percebe-se através das fontes analisadas que tratam das rebeliões das décadas de 1980 e 1990 que qualquer pessoa poderia negociar com os líderes criminosos que dirigiam o motim.<sup>67</sup> Na parte interna da prisão também fica em momentos de crise um grupamento especial para caso haja necessidade de uma invasão.

---

<sup>67</sup> Quase sempre eram pessoas sem nenhum preparo e conhecimento das causas prisionais, aparecem como personagens negociadores, religiosos, políticos, membros de associações de direitos humanos, promotores, secretários de justiça e segurança pública, diretor do Depen e diretor da própria prisão e membros da OAB – ordem dos Advogados do Brasil.

No momento em que se iniciam as negociações e os reféns começam a ser liberados surge mais um grupo de personagens que tem participação ativa em um evento rebelatório, os profissionais da saúde são os responsáveis pelo primeiro atendimento aos reféns que são liberados. Muitos reféns são libertados muito machucados, devido a espancamento ou feridos a facas artesanais “estoque” e precisam ser encaminhados rapidamente para hospital penitenciário ou algum outro hospital mais próximo da penitenciária.

O último grupo detectado em uma rebelião é o pessoal da imprensa, que pode ser de rádio, televisão, jornal, ou qualquer outro meio de comunicação. Este grupo tem a função de divulgar o evento através de coberturas ao vivo ou de coberturas jornalísticas. Em muitas rebeliões os líderes do motim solicitam a presença da imprensa para que não haja nenhum tipo de coação por parte da polícia na hora de se entregarem ou esta solicitação surge ainda no momento que estão acontecendo às negociações. As mídias também servem para que de alguma forma os familiares dos envolvidos possam ter notícias referentes ao andamento da rebelião. Os meios de comunicação têm um papel importante dentro da estrutura de uma rebelião e é a partir dela que se pode perceber os fatos ocorridos nos eventos que serão analisadas adiante.

Isto posto pode-se observar que o palco armado com o início de uma rebelião é complexo. Com tanta gente envolvida, nestas situações normalmente as relações entre ambas as personagens tendem a ficar desgastadas dependendo do tempo de duração do evento. As rebeliões duram horas ou até mesmo dias, mas após o seu desfecho as conseqüências, podem durar ainda por meses, pois é hora de reconstruir o que foi destruído. Se os presos depredam as galerias, lugares destinados para os mesmos ficarem alojados e dormirem não tem como remanejá-los para outras Penitenciárias que normalmente já se encontram com sua capacidade completa, então a única solução é permanecerem nos pátios de sol.

Em algumas rebeliões os presos permaneceram por meses nos pátios até que as celas estivessem novamente em condições de recebê-los. Portanto os presos têm a consciência que não se pode fazer rebelião a todo o momento, pelo simples fato que o pós- rebelião é muito desgastante para os mesmos.



## 2. REBELIÕES OCORRIDAS NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1980.

Rebelião aqui é foda, tem quem se encomoda o sangue jorra, as grade treme os mano chora.

Cadê sua pistola? Reza hora implora porque agora, o inferno é aqui não tem mais volta. (Opacos Mc's)<sup>68</sup>

Pelo menos se desta revolta, dessa angustia, saísse alguma coisa que prestasse. (Caio Fernando Abreu).<sup>69</sup>

As rebeliões caracterizam-se como atos ou efeitos de revolta, de grande desordem, confusão, agitação e manifestações que visam subverter a ordem dos estabelecimentos penais, levando-os a desestabilização devido a ações de grupos que se organizam com objetivos múltiplos. Em um ambiente prisional podem se rebelar perturbando a ordem e a disciplina do local, tomando diversas atitudes na tentativa de garantir as exigências impostas as autoridades. Entre estas atitudes considera-se que a mais aplicada é a manutenção de funcionários como reféns.<sup>70</sup>

Os episódios em presídios se apresentam de duas formas, podem ser manifestações revoltosas em apenas um local determinado, como na cela, galeria, bloco, pavilhão, alojamento ou em outras repartições que fazem parte da estrutura física da prisão. Quando acontece em apenas um destes locais a rebelião é mais facilmente resolvida por ter uma menor quantidade de presos envolvidos. Mas estes eventos podem tomar maiores proporções se alastrando por todas as dependências da prisão. Quando a rebelião acaba atingindo todo o prédio o movimento acaba se tornando generalizado e com isso se acaba ficando mais difícil controlar a situação. Nestas ocasiões em que a prisão é tomada em sua totalidade aumenta o número de presos envolvidos, como se apropriam de toda a dependência da prisão eles podem ter acesso a suprimentos que pode contribuir para que o evento se prolongue.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> Disponível em: [www.ouvimusica.com.br/opacos-mcs/1880874](http://www.ouvimusica.com.br/opacos-mcs/1880874). Acessado em: 14 nov. 2013.

<sup>69</sup> Disponível em: [www.pensador.uol.com.br/frases/ODQxNDAx/](http://www.pensador.uol.com.br/frases/ODQxNDAx/). Acessado em: 14 nov. 2013.

<sup>70</sup> PRÁTICAS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES PENAIIS DO PARANÁ. Cadernos do Depen – Departamento Penitenciário do Paraná. Escola Penitenciária, Curitiba – 2011.

<sup>71</sup> id.ibid. p.129.

Quando acontece uma rebelião vários fatores devem ser levados em conta sobre o que ocasionou tal evento. Algumas das causas que podem deflagrar o início de um evento rebelatório no interior de uma prisão, podem ser a superlotação carcerária, tentativas de fuga frustradas (pela equipe da segurança do presídio, ou pela polícia militar responsável pela segurança externa nas muralhas da prisão), deficiências no tratamento penal, rivalidade entre grupos rivais no interior da prisão ou até negligência por parte de funcionários entre outros fatores.<sup>72</sup>

Assim que chegar ao seu final, a rebelião trará graves conseqüências e prejuízos materiais ao estabelecimento penal. Também causará danos físicos, psicológicos além de mortes, feridos e fugas ou tentativas de fuga. Estes danos podem ser causados em profissionais mantidos como reféns ou nos próprios presos.

Durante a década de 1980 aconteceram duas rebeliões na Penitenciária Central do Estado do Paraná. Neste período este tipo de evento não era mais novidade, pois o primeiro evento rebelatório que se tem registro nesta penitenciária data de 1974. A rebelião de 1974 teve um final trágico com a morte do então chefe de segurança Sr Julio Biss<sup>73</sup>

Através das leituras para a pesquisa e de outros estudos acerca da temática percebe-se que os eventos de rebeldia dos presos, mesmo não acontecendo com tanta frequência nas unidades penais são o que normalmente caracterizam o sistema penitenciário de todo o país, ao menos aos olhos da sociedade em geral, que em sua maioria não tem um conhecimento mais aprofundado em relação assunto. Uma das motivações para tal pensamento pode ser pelo desconhecimento do verdadeiro papel da prisão e a função dos personagens que nela estão inseridos.

Devido a esta desinformação da sociedade as autoridades estatais responsáveis pelo sistema prisional do Brasil mascaram e omitem alguns fatos que ocorrem no interior das prisões para que as questões penitenciárias permaneçam no anonimato. Acrescentando a isto, Eda Maria Góes nos diz que é por isso mesmo que: “não se pode esperar que as autoridades responsáveis manifestem grande interesse em fornecer

---

<sup>72</sup> PRÁTICAS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES PENAIIS DO PARANÁ. Cadernos do Depen – Departamento Penitenciário do Paraná. Escola Penitenciária, Curitiba – 2011. P. 130.

<sup>73</sup> HISTÓRIA DE SANGUE, Gazeta do Povo, Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

esclarecimentos a respeito desses episódios, na medida em que isso significaria desnudar e assumir publicamente tais características problemáticas”.<sup>74</sup>

Além disso, nos dias atuais os estudos referentes ao sistema penitenciário são escassos e os problemas internos do sistema prisional só vêm a tona quando acontece algum evento que tenha repercussão significativa na grande mídia.

Quando grandes eventos acontecem nas prisões, como rebeliões, motins, fugas, tentativas de fugas e tomam proporções que ultrapassam os muros das penitenciárias, a sociedade em geral, além de religiosos políticos juristas entre outros profissionais das mais diversas áreas surgem com discursos a respeito de revitalização do sistema prisional, reestruturação do Código Penal entre outras soluções para a crise. Muitas vezes estes discursos têm um caráter politiquero, e aparecem com maior intensidade em campanhas eleitorais. Nestes momentos de rebeldia que ganham grande ênfase midiática aparecem vários setores da política com a solução para sanar os problemas que a décadas atingem o sistema penitenciário.

Acredita-se que estes problemas não são deflagrados por conseqüência de mais uma rebelião ou morte de presos ou funcionários, ou em atos isolados de violência na disputa diária de imposição da cultura do grupo dominante sobre o grupo dominado. Estes problemas acompanham o sistema penitenciário há muitos anos e as rebeliões só deixam indícios da impotência do Estado em gerenciar tais situações diárias.

Segundo Fernando Salla, as rebeliões têm revelado uma baixa capacidade do estado em controlar a dinâmica prisional, em fazer valer princípios fundamentais de respeito á integridade física dos indivíduos presos, permitindo que grupos criminosos imponham uma ordem interna sobre a massa de presos.<sup>75</sup>

A partir de Salla pode-se perceber que o Estado com sua deficiência e fragilidade em administrar o cotidiano prisional possibilita que grupos criminosos se organizem dentro das unidades prisionais e possam impor a sua cultura perante a grande massa carcerária na disputa de espaços e poder dentro da instituição penal. Esta imposição pode ser entendida como um ato de violência total na relação entre grupos

---

<sup>74</sup>GÓES, Eda Maria. *A recusa das grades Rebeliões nos presídios paulistas: 1982 – 1986*. 1.ed. São Paulo: Ibccrim, 2009. p. 89.

<sup>75</sup>SALLA, op.cit; p. 277.

de presos, esta violência pode ser exercida de duas maneiras, tanto na forma física como também simbólica.

Para Bourdieu e Passeron a violência simbólica pode ser exercida na forma de coação do grupo dominante para o grupo dominado.<sup>76</sup> Uma vez estes grupos criminosos estabilizados no interior das instituições começam a interferir diretamente no funcionamento das engrenagens do dia a dia da prisão. Um dos fatores que desestabilizam o cotidiano prisional é o jogo de rivalidade entre estes distintos grupos. Para Salla, a atuação de grupos criminosos influencia e, por vezes determina profundamente as práticas cotidianas no ambiente prisional, inclusive as rebeliões, com a presença ou não das condições precárias de existência no cárcere.<sup>77</sup>

A grande questão desta discussão é trazer à tona a realidade do cotidiano prisional, bem como a inoperância do Estado em tratar com conflitos diários que antecedem os eventos de maior divulgação da mídia. Pretende-se avivar o pensamento das pessoas que reconhecem os problemas do sistema penitenciário apenas quando acontece algum evento que sai do controle e acaba sendo divulgado na grande mídia. Estes eventos são apenas o fechamento de um constructo de relações conflituosas, anteriormente estabelecidas, avivamento que servirá para desnudar as ocorrências do cotidiano prisional. Com isso se fará possível que as instituições penais e os personagens que a compõem, não permaneçam mais exercendo suas funções dentro das unidades no anonimato.

Mesmo com o descaso das autoridades com assuntos relacionados ao sistema penitenciário e pelo fato de se pensar em políticas públicas para o sistema em períodos de crise, ainda consegue-se perceber uma ligação do mundo interno com o externo da prisão. Em um dos momentos que mais se acentua esta proximidade entre mundos tão próximos e ao mesmo tempo tão distintos é nas rebeliões. A rebelião se caracteriza por ser um evento estabelecido no interior da prisão, mas que envolve também personagens externos a ela. Para continuação deste trabalho tomar-se-á como base as rebeliões ocorridas na Penitenciária Central do Estado do Paraná, em Piraquara na década de 1980.

---

<sup>76</sup> BOURDIEU, PASSERON, op.cit; p. 53.

<sup>77</sup> SALLA, op.cit; p. 276 .

## 2.1. REBELIÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982.

Após oito anos do ultimo episódio rebelatório na Penitenciária Central do Estado do Paraná, ocorrido no dia 29 de novembro de 1974, eclode a primeira rebelião da década de 1980 naquele estabelecimento. Já havia se passado praticamente todo o ano de 1982, e faltando apenas onze dias para que o mesmo se findasse aconteceu o que para muitos já estava anunciado, A Penitenciária Central do Estado do Paraná, “vai ao chão” com a instauração de uma crise. Este fato ocorreu em uma segunda feira como outra qualquer na penitenciária. Era dia 20 de dezembro de 1982.

Na manhã de terça feira as mídias locais noticiaram o evento da seguinte forma “Rebelião de 1.100 internos na penitenciária” <sup>78</sup>. O que imaginar ao ler uma noticia destas em um dos jornais de maior circulação na cidade? Com certeza a sociedade em geral ficou apreensiva só no pensar que mais de mil criminosos da mais alta periculosidade se encontravam rebelados, desestabilizando a segurança da instituição que tem a função de deixá-los separados do convívio social.

Com o fato de se instaurar a rebelião, e criando com isso um ambiente de terror, que aguça a memória dos funcionários, em relação a episódios anteriores, que causaram experiências ruins para todos que recordam dos acontecimentos. Surge a representação de uma simbologia violenta, devido ao forte apelo emocional praticado pelos presos naquele momento.

Mesmo não sendo novidade uma rebelião na PCE, muitos dos funcionários, também se assustaram e ficaram temerosos que o pior pudesse acontecer, pois no último episódio, parecido com o que eles estavam presenciando ocorreu a morte de um guarda de presídio. Este episódio trata-se da já mencionada rebelião de 1974, quando teve em seu saldo final a morte do Sr. Julio Biss então chefe de segurança da penitenciária naquela ocasião. <sup>79</sup>

Nas prisões, quando se aproximam as festividades de Natal e final de ano, o clima fica tenso. Muitos presos ficam esperançosos em ganhar o benefício da liberdade e passar as festas em suas casas com seus familiares; os que não conseguem este benefício podem causar alguns problemas para a guarda da prisão. Em época que as

<sup>78</sup> REBELIÃO de 1.100 internos na penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

<sup>79</sup>EVASÃO foi frustrada. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 12, 21 dez 1982.

relações no interior da prisão tendem em ficarem mais tensionadas, todo cuidado é pouco. Pode ser que ocorram alguns conflitos em relação aos presos que não serão agraciados com os indultos. Muitos ficam inconformados de não terem a possibilidade desta liberdade, por terem que passar mais um final de ano confinados dentro de uma cela de presídio. Estes são os presos que podem ter atitudes que geram eventos como o que está sendo analisado.

Mesmo havendo muitos registros de fugas e tentativas de fuga, neste período a que se propõe o estudo, nos períodos festivos ocorre uma crescente considerável nos planos de escavação de túneis, ou até mesmo em fugas pela “muralha”. Pela leitura das fontes uma tentativa de fuga frustrada foi o estopim para que explodisse o início da rebelião de dezembro.<sup>80</sup>

No dia a dia da prisão, ocorrem diversos embates entre os funcionários e presos, percebe-se que neste período as relações de tensão, entre os grupos, já se arrastavam por alguns meses. Enquanto presos planejavam as fugas, funcionários tentavam evitá-las. Sem dúvida esta batalha diária desgasta a relação entre os grupos. Com este desgaste chega um momento que as relações se tornam insustentáveis, e situações piores acontecem.

O plano de fuga já havia sido elaborado a meses, estava tudo preparado para ocorrer uma fuga em massa, o dia escolhido foi 23 de dezembro de 1982, apenas dois dias antes do Natal, imaginava-se que nestes últimos dias do ano a segurança da prisão estivesse fragilizada devido ao feriado que estava por vir. O plano era audacioso, aproximadamente 150 presos das galerias 5 e 6 iriam tentar evadir-se da penitenciária.<sup>81</sup>

Com o plano elaborado, imediatamente começou a ser colocado em prática e as atividades começaram ser executadas para que logo pudesse ser transposta a muralha da prisão. O trabalho efetuado pelos detentos começou a se desenhar como uma verdadeira obra de engenharia, tal a destreza na arte de escavar sem possuir ferramentas para isso. O início do túnel era em uma cela onde estavam alojados três presidiários, deste local saía um túnel que ia em direção a cela nº 24 da mesma galeria

---

<sup>80</sup> REBELIÃO de 1.100 internos na penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

<sup>81</sup> EVASÃO foi frustrada. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 12, 21 dez 1982.

que naquele momento não se encontrava nenhum preso alojado, provavelmente esta cela deveria estar interditada, e os presos se aproveitaram disso para efetuar o plano. Desta cela vazia foi iniciado um túnel maior que levaria os presos fujões até uma área externa nos fundos do presídio. O que os presos não imaginavam é que enquanto trabalhavam dia e noite no túnel, a equipe de segurança da prisão já tinha conhecimento do plano. O que faltava para estes funcionários frustrarem a fuga era saber apenas a localização do início do buraco.<sup>82</sup>

Através desta informação de que os funcionários já tinham conhecimento do plano, e só esperavam o melhor momento para impedi-lo de ser concretizado, comprova-se, como eram estabelecidas as disputas diárias na Penitenciária Central do Estado do Paraná.

Após vários trabalhos de investigação entre os presos, somente na tarde do dia 19 de dezembro que a segurança conseguiu mais detalhes sobre o plano, descobrindo a verdadeira localização do túnel que colocaria vários criminosos em liberdade. Já se sabia que era na 5ª galeria. A partir de que a guarda tinha ciência da localização do túnel, era uma questão de tempo para ir procurá-lo. Foi então que os responsáveis pelo plantão daquele dia armaram um “bote” na madrugada. O plano era simples, durante a madrugada invadir a galeria, para pegar os presos de surpresa e em plena atividade de escavação do túnel<sup>83</sup>. Naquela noite nenhum funcionário dormiu na hora do seu descanso, todos estavam ansiosos para chegar logo a hora de frustrar a fuga e desvendar o túnel. Em um determinado horário no meio da madrugada todo o efetivo da guarda se reuniu na inspetoria e trataram dos últimos detalhes que antecediam a invasão. Após os acertos finais partiram todos para o local.

Como não era mais novidade para ninguém, quando a equipe chegou ao local rapidamente o túnel foi descoberto. Alguns presos foram surpreendidos dentro do buraco em uma atividade intensa de escavação. O túnel estava próximo do seu final e os detentos trabalhavam em revezamento para que nunca parasse de cavar. Durante a noite trabalhava-se dobrado para que o serviço rendesse, este era o melhor horário,

---

<sup>82</sup> EVASÃO foi frustrada. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez 1982

<sup>83</sup> Os presos efetuam escavações no período noturno. Neste período normalmente nenhum funcionário circula por dentro das galerias. Durante o dia a movimentação é intensa e túnel pode ser descoberto com maior facilidade.

porque quase nunca entrava nenhum funcionário na galeria durante a madrugada. Naquele dia entrou porque já sabiam do plano. Com isso a fuga naquele momento já estava frustrada. Em uma busca rápida, perto do local onde o túnel foi descoberto, foram encontrados, mais de 300 sacos contendo terra retirada do buraco e alguns sacos contendo caliças, o que leva a acreditar que se não tivessem chegado ainda no muro já estavam bem próximos.<sup>84</sup>

Ao serem surpreendidos, os presos, foram indagados varias vezes pelos funcionários a respeito de quem seria o responsável pelo túnel, nenhum detento se apresentou como sendo mentor do plano, por este motivo, oficialmente não pode ser identificado o nome dos presos que lideravam esta tentativa de fuga, fato que deixou a equipe da guarda muito irritada. Esta irritação se deu pelo fato de que, no momento em que os funcionários frustraram uma fuga dada como certa pelos presos, não puderam encontrar os verdadeiros culpados. Após o término da rebelião alguns presos ao serem ouvidos sobre as causas do motim, os mesmos afirmaram que no momento em que o túnel foi descoberto, os funcionários fizeram uma grande pressão para que os líderes da fuga aparecessem e assumissem a ocorrência. Como isto não aconteceu houve por parte da segurança excesso nas sessões de espancamento.<sup>85</sup>

Após ser analisado o momento em que os funcionários encontraram o túnel, é notável que os presos foram coagidos pelos servidores, para que assumissem a responsabilidade do buraco. Está atitude deve ser identificada como um ato de violência simbólica, através de coação por parte dos funcionários. Mesmo com a tentativa de obrigar os presos a assumirem o delito, os mesmos não cederam e continuaram negando a autoria. Com a não apresentação dos culpados, a violência que primeiramente se mostrou ser apenas simbólica evoluiu para um ato de violência física, segunda as fontes analisadas.

Com a notícia de que 1.100 presos dos 1.200 que se encontravam na prisão terem aderido ao levante, consegue-se perceber que o movimento não foi aderido por todos os presos, aproximadamente uma centena de detentos não participaram do evento. O que não é possível precisar é se estes presos que foram computados como

---

<sup>84</sup> EVASÃO foi frustrada. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez 1982

<sup>85</sup> EVASÃO foi frustrada. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez 1982



não participantes do motim, não aderiram ao movimento por vontade própria ou não tiveram acesso ao local onde os presos encontravam-se rebelados. A partir dessa colocação é possível analisar que se realmente os presos não aderiram ao movimento, a violência simbólica exercida pelo grupo que liderou o motim não foi eficiente em atingir a totalidade dos presos. Se este grupo teve acesso e não aderiu o movimento é porque estes presos não assumiram a cultura do grupo que estava no domínio da situação.

Apropriando-se da teoria de Bordieu e Passeron,<sup>86</sup> e transformando a Penitenciária em uma formação social pode-se considerar que o grupo que estava no domínio da situação estabelece uma espécie de arbitrário cultural dominante próprio para aquele evento para que atenda os objetivos imediatos.<sup>87</sup>

Após uma madrugada tumultuada, os primeiros raios de sol começaram a deixar pra trás a escuridão noturna, amanheceu na Penitenciária Central do Estado. Aquele dia não se tratava de uma segunda feira como outra qualquer e logo nas primeiras horas da manhã o clima já estava tenso, dando sinais de que o pior estava por vir. Notava-se que o suposto espancamento na madrugada ainda estava fresco na memória dos detentos e era o assunto que corria em todas as rodas de conversa, tanto de guardas como de presos.

As horas iam passando e o período matutino aproximava-se do seu final, os presos aguardavam nos pátios a hora do almoço. O clima continuava tenso, mas a rotina da cadeia transcorria normalmente. Por volta das 12 horas do dia 20 de dezembro de 1982, quase todos os presos já haviam almoçado e quando retornavam aos pátios das galerias, começou uma grande confusão. Até aquele momento parecia que nada iria acontecer. Mas de uma hora para outra a penitenciária estava vivenciando um quebra-quebra no refeitório. Em poucos minutos o local destinado à alimentação dos presos, ficou completamente destruído assim como os corredores e outras salas que se localizavam próximos ao início do tumulto.<sup>88</sup>

A partir deste momento as coisas ficaram cada vez mais complicadas, a desordem estava instaurada. O quebra-quebra não se limitou apenas ao refeitório e a

---

<sup>86</sup> BOURDIEU, PASSERON, op.cit; p.26.

<sup>87</sup> id. ibid. p.26.

<sup>88</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

sua proximidade, começou a se alastrar por toda a cadeia. A Penitenciária Central contava na época com 11 galerias, dessas, cinco ficaram completamente destruídas, sem as mínimas condições de uso. Estas galerias foram depredadas e incendiadas todos os colchões e roupas que os presos não iriam mais usar também foram queimados. O caos estava estabelecido, todo objeto encontrado nas galerias que pudessem ser usados como armas foram arrancados e utilizados para tal finalidade.<sup>89</sup>

No momento que começou a agitação no refeitório e em seguida se espalhou para todo o restante da cadeia, cerca de 1.100 presos se aglomeraram nas galerias 1 e 2, para uma investida contra a “portaria interna”. Quando os presos conseguiram chegar até a portaria interna, as grades principais que davam acesso a saída foram intensamente forçadas, o guarda que estava de serviço naquele posto só resistiu a fuga, porque naquele momento chegou o reforço da polícia militar. Os militares que interferiram na situação eram responsáveis pela segurança externa da prisão.<sup>90</sup>

Mesmo com a presença dos policiais, os delinquentes amotinados, armados de estoques, pedaços de pau, cacos de vidro entre outras armas improvisadas tentaram investir contra a força militar. Com a tentativa dos presos de irem em direção aos policiais, os mesmos efetuaram alguns disparos fazendo que os amotinados então recuassem. Este fato foi descrito nos meios de comunicação locais da seguinte forma:

Com as portas externas fechadas, cerca de 1.100 presos se amotinaram nas galerias 1 e 2. Tentaram investir contra a saída forçando uma das grades principais, onde estava o guarda José Barbosa Cordeiro, que somente resistiu graças a interferência dos policiais militares da segurança. Os internos, armados de estiletos, pedaços de pau e cacos de vidro, somente recuaram ante aos disparos efetuados pela segurança, que acabou fazendo seis feridos: Paulo Roberto Mauricio, 27 anos e condenado a outros sete por roubo, que recebeu dois tiros nas costas. Milton Borges de Oliveira, 19 anos e condenado a cinco, atingido na perna: José Férias Correa, 42 anos baleado nas costas, Ilhéu Garcia de Souza, 21 anos e condenado a seis anos e seis meses por roubo, ferido no pé esquerdo: José Ilário Moraes Neto, 22 anos, alvejado no abdome: e Luiz Antonio da Silva, 22 anos e condenado a 13 anos por assalto, com balaços na perna e braços.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

<sup>90</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

<sup>91</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

Este foi o saldo inicial do levante que além dos presos baleados no confronto com policiais ainda resultou na permanência de seis funcionários mantidos como reféns<sup>92</sup>, estes funcionários permaneceram durante todo o tempo sob uma forte pressão, estavam amarrados na 1ª galeria e constantemente eram ameaçados de morte caso as forças policiais invadissem a prisão. Os presos neste momento usam de um artifício de encenação, a respeito de possíveis mortes, caso houvesse invasão das forças policiais, para causar uma comoção nos negociadores. Esta ação dos criminosos é puramente de violência simbólica, quando através de ameaças tentam fazer com que os negociadores aceitem suas exigências. Após este violento embate entre criminosos e polícia militar o grupo de presos que se apresentava como os líderes do motim recuaram para o interior da prisão e passaram a fazer uma série de reivindicações.<sup>93</sup>

Através das mídias que participavam ativamente das negociações, os presos fizeram várias exigências, entre elas uma solicitação era referente ao afastamento de um grupo de funcionários que faziam parte do setor de segurança<sup>94</sup>. Esta reivindicação se deu devido ao fato de os presos julgarem estes funcionários como torturadores<sup>95</sup>. Possivelmente alguns destes funcionários estavam envolvidos nos acontecimentos durante a madrugada do mesmo dia 20 de dezembro de 1982.

Além das supostas torturas físicas denunciadas pelos presos também é perceptível que em um ambiente prisional ocorre a chamada violência simbólica por parte dos agentes responsáveis pela disciplinarização da penitenciária. Entende-se que estes agentes fazem parte do grupo dominante dentre os diversos grupos que convivem diariamente em um cotidiano prisional. Este grupo dominante, através de seus procedimentos de segurança faz com que os presos, (que em maior parte do tempo são os grupos dominados), reproduzam as ações impostas pelo grupo dominante. Estes procedimentos de segurança impostos pelos agentes responsáveis pela disciplinarização dos presos podem ser comparados às ações pedagógicas registradas na teoria de Bordieu e Passeron. Para eles:

---

<sup>92</sup> Os seis funcionários mantidos como reféns foram: João Cordeiro da Silva, Djalma Voldan, Alcides dos Santos, Sinésio Pereira, Claudir Neguinan e Manoel Rodrigues.

<sup>93</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

<sup>94</sup> Setor responsável pelo andamento da segurança e disciplina da penitenciária.

<sup>95</sup> REBELIÃO de 1.100 internos na penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 12, 21 dez. 1982

Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário de um arbitrário cultural [...] compreende-se por AP, quer esta seja exercida por todos os membros educados de uma formação social ou de um grupo (educação difusa); quer pelos membros do grupo familiar aos quais a cultura de um grupo ou de uma classe confere esta tarefa (educação familiar); ou pelo sistema de agentes explicitamente convocados por este fim por uma instituição com função direta ou indiretamente, exclusiva ou parcialmente educativa (educação institucionalizada). Ou ainda, salvo especificações expressas, que essa AP vise a reproduzir o arbitrário cultural das classes dominantes ou das classes dominadas. Dito de outra maneira, o alcance dessas preposições encontra-se definidos pelo fato de que elas convêm em toda formação social, entendida como sistema de relações de força e de sentido entre grupos ou classes.<sup>96</sup>

Assim pode se analisar que a relação de sociabilidade entre agentes e presos se da por um conjunto de procedimentos onde o agente se aproxima do modelo de educação institucionalizada descrito por Bourdieu e Passeron. Neste caso, o agente da instituição seria o funcionário estatal contratado para o fim de impor um poder arbitrário do grupo dominador perante o grupo dominado numa instituição disciplinadora, ressocializadora e parcialmente com caráter educacional.

Como rapidamente após o estabelecimento da rebelião a PCE já se encontrava com um cenário de destruição, foram solicitadas duas viaturas do corpo de bombeiros, que chegaram ao local para apagar o fogo que se alastravam por quase todas as galerias. Não puderam adentrar na cadeia que estava nas mãos dos presos, mas ficaram na parte externa para qualquer emergência. Enquanto isso, parte da penitenciária estava em chamas. Juntamente com os bombeiros chegou também aproximadamente 150 policiais militares para reforçar a segurança. Entre este grupo de policiais enviados a Piraquara, estava o grupamento de choque da corporação, para se caso houvesse necessidade de uma intervenção rápida. Nem mesmo este esquema policial intimidou os criminosos, que estavam dispostos a seguir com motim até que as exigências fossem atendidas.

Quando se estabelece um evento rebelatório na penitenciária a segurança é redobrada. Um dos primeiros procedimentos da polícia militar é rapidamente cercar toda a área externa da penitenciária para inibir possíveis fugas individuais ou em massa. Outro procedimento que pode ser percebido é que o grupo especial da polícia é

---

<sup>96</sup> BOURDIEU, PASSERON, op. cit; p.30.

postado para uma possível invasão. No jornal Gazeta do Povo o comando da policia militar se pronunciou da seguinte maneira a respeito de sua atuação no acontecimento:

- A corporação vem acompanhando com interesse o desenvolvimento dos acontecimentos, tendo adotado todas as medidas, na esfera de suas atribuições da guarda externa, visando a segurança e a proteção da população.
- O desenvolvimento dessas medidas têm alcançado pleno êxito, não tendo se verificado nenhuma fuga.<sup>97</sup>

Mesmo as fontes analisadas não fazendo menção aos familiares de presos e de outros personagens envolvidos no evento, pode ser percebido através do esclarecimento do comando da policia militar que existia uma preocupação em proteger e dar segurança a população que se encontrava na parte externa da prisão. Esta população citada no esclarecimento da policia era composta por familiares dos envolvidos no motim, estas pessoas seguiram para frente do presídio atrás de noticias sobre os presos amotinados ou os reféns.

Na parte externa as coisas ficavam mais tensas a cada minuto que passava. No interior da prisão o evento tomava um rumo preocupante, aparentemente o motim não tinha nenhum grupo de presos na liderança. As ações davam mostras que a atitude em se rebelar tinha partido de toda a massa carcerária e não de um grupo definido. Parece que a população carcerária, partiu para o quebra- quebra em represália ao suposto acontecimento durante madrugada. Todo este aspecto de desorganização contribuiu para que as negociações tomassem um rumo mais difícil.

Como não existia ninguém no controle da situação, e pela falta de um porta voz dos presos, para falar em nome de todos os envolvidos aconteceu um excesso de reivindicações. Aquele momento passou a ser oportuno para que todos os internos fizessem todo tipo de solicitação para os negociadores. Em sua maioria, os apelos eram de cunho individual. A questão jurídica apareceu como sendo o que mais interessava aos presos, pois muitas solicitações eram a respeito revisões processuais e direito a benefícios.

No momento em que as solicitações individuais estavam se tornando insustentáveis e atrapalhando as negociações, que não estavam chegando a lugar

---

<sup>97</sup> COMANDO da PM esclarece sua atuação. Gazeta do Povo, Curitiba, p.13, 23 dez. 1982.

algum, eis que surge em meio ao movimento um grupo com alguns personagens que assumiram o total controle da situação por parte dos presos. Entre estes presos estavam os irmãos Nivaldo e Nelson Savagin e outros dois detentos, João Carlos Martins Castilho e Jonas de Souza. Estes presos eram experientes e tinham o respeito dos demais amotinados, com isso as negociações começaram a ficar mais produtivas. Imediatamente após este grupo de presos assumirem as negociações, foi solicitado as autoridades que fossem permitidas a entrada de jornalistas. Esta primeira exigência foi aceita pelos negociadores representantes do Estado, com isso aproximadamente 20 representantes das mídias, entre jornalistas fotógrafos e cinegrafistas, entraram na penitenciária, permanecendo por 2 horas em conversa com os detentos.<sup>98</sup>

Os presos que assumiram o controle da situação eram presos que já possuíam algum tipo de influência dentro do presídio, ou por serem presos de alta periculosidade pertencentes a grupos criminosos organizados dentro da prisão ou por já terem participado de outros movimentos dentro da própria penitenciária, como participação em rebeliões anteriores e tentativas de fuga. Estes presos por estarem a algum tempo dentro da penitenciária já estavam estabelecidos. Com isso exerciam uma violência simbólica perante outros presos mais frágeis no sistema. Nota-se a influência e poder destes presos pelo fato que um deles era o dono da “mina de ouro” da Penitenciária Central do Estado do Paraná. Nelson Savagin um dos criminosos mais famosos do Estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980<sup>99</sup> era o proprietário da cantina interna da penitenciária. A cantina era desejada por muitos presos, o que ocasionou diversas disputas internas para conseguir assumir o seu controle. Tanto interesse pela cantina se dava, por ser o local que mais circulava dinheiro dentro da cadeia.<sup>100</sup>

Por volta das 14 horas e com o grupo de jornalistas já tendo conversado com os, agora líderes do movimento, iniciam-se as conversas com o diretor da penitenciária Sr Saulo Martins, que passava a ser o responsável pelas negociações e que se mostrava disposto a resolver a situação da melhor maneira possível, se mostrando muito simpático com os reclusos. Mesmo com a disposição apresentada pelo diretor, a única

<sup>98</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p.12, 21 dez 1982.

<sup>99</sup> Disponível em:

[www.paranaonline.com.br/editoria/policia/news/478131/?noticia=BANDIDO+FAMOSO+E+BALEA+DO+E+DETIDO](http://www.paranaonline.com.br/editoria/policia/news/478131/?noticia=BANDIDO+FAMOSO+E+BALEA+DO+E+DETIDO). Acesso em 17 out. 2013.

<sup>100</sup> CHEGA AO FIM rebelião na Penitenciaria Central. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p.13, 23 dez. 1982.

pauta em que os presos estavam dispostos a discutir naquele momento era sobre a retirada dos presos feridos no confronto com a polícia.<sup>101</sup> Os presos passaram a exigir que os baleados fossem encaminhados para um hospital o mais rápido possível e não para o Manicômio Judiciário. Os líderes do motim acreditavam que pelo fato destes presos terem sido um dos responsáveis pela eclosão da rebelião não teriam o atendimento adequado e poderiam vir a entrar a óbito. Mais uma exigência foi acatada e os feridos começaram a ser transferidos próximo das 16h30min.

Já se passava mais de 4 horas do início da revolta e haviam sinais que estava perto do final. Sob escolta da polícia militar os presos a bordo de três viaturas começaram a ser removidos para o pronto socorro municipal conforme vontade dos detentos. Entre os presos que foram levados até o hospital havia um gravemente ferido com um tiro na espinha, o mesmo corria risco de morrer antes mesmo de chegar ao Hospital.<sup>102</sup>

Conforme havia sido acordado entre a direção do presídio e os presos rebelados, minutos após o encaminhamento dos feridos ao Hospital municipal, iniciou-se a libertação dos funcionários que encontravam-se em poder dos criminosos. O final da tarde se aproximava o relógio marcava quase 17 horas, e então o primeiro refém foi solto, tratava-se de João Cordeiro da Silva de 33 anos, que havia sido ferido no momento em que tentou escapar das mãos dos bandidos. Na época, João trabalhava a menos de um ano na Penitenciária Central do Estado do Paraná.<sup>103</sup>

Antes de libertar os outros 5 reféns, os presos e o diretor da penitenciária Sr Saulo Martins novamente conversaram, e só depois que o diretor garantiu melhores condições no tratamento penal dentro do presídio, foi que os irmãos, Nelson e Nivaldo Savagin, decidiram por libertar os demais reféns. Mas antes que isso se efetuassem foi entregue na mão do diretor uma lista contendo o nome de quinze pessoas, que os presos não queriam mais que adentrassem no presídio. Além de guardas ligados a segurança interna do presídio, figurava nesta lista o nome do Sr. Luis Cesar Valeixo então diretor da COOSIPE – Coordenação do Sistema Penitenciário do Paraná. Diante

<sup>101</sup> PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 12, 21 dez 1982.

<sup>102</sup> NEGOCIAÇÕES têm êxito ante a garantias, Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

<sup>103</sup> NEGOCIAÇÕES têm êxito ante a garantias, Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

da reivindicação dos presos o diretor não deu nenhuma garantia de que estas pessoas não entrariam mais no interior da prisão.<sup>104</sup>

Na ocasião em que o diretor negociava com os rebelados em uma sala próximo a administração do presídio, chegou a unidade o então secretário da Justiça Sr. Túlio Vargas. Mesmo não tendo participado diretamente das negociações a presença do secretário pode ter sido fundamental para que os presos resolvessem por libertar o restante dos reféns. Para os presos o fato de Túlio Vargas comparecer na prisão serviu de endosso para que o combinado com o diretor fosse cumprido.<sup>105</sup> Com o acordo firmado por volta das 18h e 10 minutos o restante dos reféns foram libertados.

Nesse momento do evento os presos passaram a exercer uma violência simbólica sobre os funcionários estatais, através da imposição do afastamento de aproximadamente quinze pessoas. Mesmo com a liberação dos últimos reféns sem sinal de nenhuma violência física, ocorria uma pressão por parte dos presos para que se cumprissem as exigências sob pena de não ser restabelecida a ordem no presídio. Os presos eram audaciosos e usavam de chantagem emocional para forçar o diretor a cumprir o que eles desejavam.

O clima de terror, através de chantagens e ameaças foi tão bem estruturado pelos presos, que mesmo após a entrega de todos os reféns, na mesma noite do dia 20 de dezembro, os guardas, assumiram o controle da maior Penitenciária paranaense, momentaneamente, depois de poucos minutos no interior da penitenciária os funcionários se retiraram, alegando a impossibilidade de permanecer dentro de uma prisão que não dava mostras de estar tranqüila e muito menos controlada.

Com a saída dos funcionários, novamente os presos assumiram o controle interno da prisão. Mesmo o grupo de presos não possuindo nenhum refém em seu poder, passaram a noite controlando a penitenciária. Assumiram o controle de todas as galerias da Penitenciária Central do Estado, além de seus quadrantes<sup>106</sup>. Neste dia a prisão era apenas dos bandidos. O que pode se estranhar neste fato acima narrado é o

<sup>104</sup> NEGOCIAÇÕES têm êxito ante a garantias, Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez 1982.

<sup>105</sup> NEGOCIAÇÕES têm êxito ante a garantias, Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez 1982.

<sup>106</sup> Espécie de cancela que fica localizada no meio do corredor que dão acesso as galerias onde existe convívio de presos. Normalmente estes quadrantes contem com 4 portões , onde só deve ser aberto o próximo antes que se feche o anterior. O quadrante tem função de isolar a área em casos de crise.



fato da policia militar não ter tentado invadir o presídio durante a noite, sendo que não havia funcionários mantidos reféns.

O que parecia que se resolveria rapidamente, depois dos reféns entregues, começou a tomar outros rumos. Já era dia 21 e a cadeia ainda estava nas mãos dos presos e assim se manteve até o amanhecer. No dia seguinte, após uma noite em que a cadeia permaneceu em poder dos criminosos, logo pela manhã houve nova sessão de negociação e decidiu-se que os presos seguiriam todos para o campo de futebol da penitenciária, para que pudesse ocorrer um procedimento de revista. Estes presos se mantiveram por algumas horas, no campo de futebol aguardando o procedimento de revista em todas as galerias chegar ao final. Este procedimento de revista na cadeia foi intitulado pelo jornal Gazeta do Povo como “operação limpeza”.

Durante a revista o Batalhão de Choque da Policia Militar do Paraná esteve dando suporte para os funcionários, que vasculhavam todos os pertences dos presos a procura de armas. Ao final desta operação limpeza, arrecadou-se, um grande número de armas artesanais improvisadas pelos detentos, foram encontradas no interior das galerias mais de 700 armas de várias espécies, entre elas se contabilizavam vários estoques e pedaços de pau pontiagudos.<sup>107</sup>

O que não se esperava diante de tudo isso, que mesmo com a libertação dos reféns no dia anterior e as armas encontradas na revista, pouca coisa melhoraria em relação ao clima tenso que se encontrava a prisão. Novamente parecia que tudo iria solucionar-se e por volta das 16 h, com mais de 28 horas de suspense, novamente o inesperado aconteceu, depois de assumirem a penitenciaria rapidamente cerca de vinte e cinco guardas deixaram as dependências do presídio por falta de segurança, desta vez a policia militar estava ainda no interior da prisão pronta para efetuar o recolhimento dos presos que ainda estavam no campo de futebol desde a manhã daquele dia.<sup>108</sup>

Com a recusa dos guardas em recolher os presos do campo e assumir novamente o controle da grande edificação, ficou ao encargo dos líderes do motim em avisar os demais presos que a guarda não entraria na cadeia e os mesmos deveriam

---

<sup>107</sup> INTERNOS ainda controlam galerias do presídio. Gazeta do Povo, Curitiba, p.11, 22 dez. 1982.

<sup>108</sup> INTERNOS ainda controlam galerias do presídio. Gazeta do Povo, Curitiba, p.11, 22 dez. 1982.

seguir para suas galerias de origem e aguardar, novas negociações. Todos os quadrantes da prisão também foram novamente ocupados pelos presos.<sup>109</sup>

Na mesma tarde dois presos, João Carlos Martins Castilho e Nivaldo Savagin, foram até a área administrativa da penitenciária, que era o único espaço que não estava em poder dos amotinados, para mais uma rodada de negociações. Lá estava presente o diretor do presídio e o Sr Celso Carneiro do Amaral, promotor das execuções penais. Mais uma vez nada foi resolvido, e a Penitenciária Central do Estado, ficaria mais uma noite nas mãos de bandidos. O desfecho foi adiado novamente, ficou acertado com a direção que as conversas seriam retomadas apenas na manhã do dia seguinte, todos os detentos agiriam da mesma forma do dia anterior se dirigindo para o campo até que a guarda assumisse o comando.<sup>110</sup>

Finalmente chegou o dia em que tudo seria solucionado. A noite transcorreu mais uma vez sob o controle dos presos, amanheceu na PCE. Como combinado os presos agiram como no dia anterior e seguiram todos novamente para o campo de futebol, permanecendo por toda a manhã. Foi somente no início da tarde do dia 22 de dezembro que aproximadamente 20 guardas de presídio reassumiram o controle da maior penitenciária do Estado do Paraná. Após esta retomada, iniciou-se um processo para alojar os detentos. Um grupo de presos voluntários e selecionados por funcionários começaram a limpeza do prédio, que se encontrava em condições precárias.

Com tudo voltando a normalidade, então era hora de fazer um levantamento sobre os danos causados durante a rebelião. Antes mesmo de entrar na penitenciária, já imaginava-se que os prejuízos para os cofres públicos seriam altos, isto foi confirmado quando os guardas adentraram novamente no presídio. Em um primeiro balanço sobre a situação da cadeia, identificou-se que grande parte das 11 galerias existentes na penitenciária estava completamente destruída. Portanto para que fossem habitadas novamente, estas galerias precisariam de muitas reformas. Esta destruição gerou dificuldades para alojar todos os presos após o término da rebelião, as galerias estavam sem condições de receber presos, devido seu estado de depredação.

---

<sup>109</sup> INTERNOS ainda controlam galerias do presídio. Gazeta do Povo, Curitiba, p.11, 22 dez. 1982.

<sup>110</sup> REBELIÃO de 1.100 internos na penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

Como se viu até agora o saldo foi trágico devido a tanta destruição na penitenciária. Certamente esta rebelião causou impacto direto na administração penitenciária, pois após o término do movimento, teve-se que improvisar de forma emergencial um espaço para alojar cerca de 160 presidiários que não tinham mais condições de conviver dentro da própria Penitenciária Central do Estado do Paraná.

Durante o tempo em que a penitenciária esteve nas mãos dos amotinados, muitos acertos de contas foram efetuados, e novas confusões estabelecidas entre os presos. Mesmo não tendo ocorrido mortes, quando a rebelião estava acontecendo ocorreram muitas cobranças em relação a alguns comportamentos ou dívidas adquiridas no interior da cadeia. Com isso ao término do evento muitos presos não possuem mais convívio no meio da massa carcerária.

Além de esses presos estarem jurados de morte dentro da penitenciária as condições de resolver estes problemas dentro da própria PCE-PR eram impossíveis, não existia estrutura física para alojar este tipo de preso<sup>111</sup>. Uma vez que a ação era emergencial, a medida adotada foi a transferência provisória da PFP - Penitenciária Feminina de Piraquara para Curitiba, fornecendo as suas instalações para que fossem alojados estes presos oriundos da PCE-PR. Este novo espaço provisório recebeu o nome de “Malvinas” em alusão as ilhas localizadas na América do Sul.

Um fato surpreendente aconteceu após o término da rebelião, mesmo que se somando a pena dos líderes do motim chegasse a um total de mais de 200 anos de prisão, nenhum deles foram penalizados pelo movimento. Em entrevista aos meios de comunicação o representante do Ministério Público Celso Amaral, garantiu que o evento não iria acarretar em nenhum cancelamento de benefícios no final daquele ano, e que os processos de quarenta presos da PCE, seriam avaliados normalmente e que possivelmente os presos seriam agraciados com o benefício.<sup>112</sup> Entre estes processos estariam dos líderes do motim. Dentre as principais lideranças, apenas Nelson Savagin condenado a 60 anos por latrocínio permaneceu dentro da PCE, naquele final de ano de 1982. Três dos líderes do motim foram postos em liberdade, para passar o Natal

---

<sup>111</sup> Quando algum preso não tem mais condições de conviver com os demais presos ou está ameaçado de morte, dentro da própria prisão este preso é colocado em uma galeria separada do restante da massa. Neste caso a galeria é conhecida como “seguro”.

<sup>112</sup> INTERNOS ainda controlam galerias do presídio. Gazeta do Povo, Curitiba, p.11, 22 dez. 1982.

com as suas famílias e mais dois dos seis envolvidos no motim foram transferidos para o estado de Santa Catarina.

Primeiramente os presos entregaram os reféns e permaneceram chantageando a direção do estabelecimento, para que a mesma acatasse as exigências. Logo em seguida se estendeu o período de tensão e insegurança, evitando que os guardas pudessem permanecer no interior da prisão. E para finalizar os culpados de tantos atos de violência simbólica e destruição do patrimônio público, permaneceram impunes dos seus atos. Acredita-se que se as autoridades fossem mais rígidas com os presos este saldo final não teria números tão trágicos, principalmente em relação a destruição de grande parte da cadeia, o que atingiu diretamente os cofres públicos.

Para Fernando Salla os movimentos rebelatórios podem ser classificados em dois tipos, primeiro tipo é a partir de eventos de protesto contra situações adversas encontradas pelos presos no interior do estabelecimento penal e segundo são os movimentos de protesto externos a prisão acarretados devido ao afrouxamento dos controles da ordem na vida social.<sup>113</sup>

A rebelião analisada acima pode ser enquadrada na primeira classificação de Salla. Mesmo com a mídia tendo divulgado que a motivação para o evento foi uma tentativa de fuga frustrada no decorrer das negociações é perceptível que existia um protesto diante de supostas torturas no interior da prisão, certamente ocasionadas pelo desgaste nas relações diárias entre presos e guardas. Então esta rebelião aconteceu a partir de uma reivindicação coletiva para que se ocorressem algumas mudanças no cotidiano prisional da Penitenciária.

## **2.2. REBELIÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1989.**

A década de 1980 estava perto do seu final, o país tinha recém se libertado de uma ditadura militar que durou 21 anos, uma nova constituição acabará de entrar em vigor e toda a sociedade estava com a atenção voltada para a primeira eleição presidencial direta, que aconteceria no dia 15 de novembro de 1989. Nesta campanha eleitoral travava-se uma luta entre três candidatos, Fernando Collor de Mello era o bonito moço que caiu nas graças do povo brasileiro, assim já era favorito para o

---

<sup>113</sup> SALLA, op.cit; p. 276.

segundo turno. Correndo em segundo plano, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Leonel Brizola disputavam voto a voto, para uma futura disputa com Collor.

A eleição estava marcada para o dia 15 de novembro de 1989, exatamente 100 anos da Proclamação da República Brasileira, as festividades eram diversas por todo o país. Dois dias antes da tão esperada eleição presidencial, ao contrário do que acontecia em todo o país, que aguardava ansioso por este evento épico, existia uma grande edificação localizada no município de Piraquara, que tinha outras preocupações naquele momento.

Após sete anos do último episódio, novamente a Penitenciária Central Estado do Paraná, estava de “pernas pro ar” com a eclosão de um novo movimento rebelatório. Este era o segundo evento em menos de uma década. Com isso novamente monta-se um cenário de medo, temor, angústia e muita violência, desta vez em maior proporção que o anterior e com um saldo final assustador contabilizando a morte de 11 pessoas além de muitos feridos.

Mas não pode-se afirmar que as coisas ficaram tensas apenas dentro da prisão, nas ruas também ocorreram atos criminosos no mesmo período, cometidos por uma pequena parcela criminosa da sociedade. Como a população brasileira e as autoridades estavam com as atenções voltadas para as eleições, a sociedade em geral permanecia a mercê da criminalidade. Os órgãos da segurança pública não mediam esforços para que o evento do dia 15 ocorresse sem problemas, fragilizando a segurança em outras esferas, por este motivo houve um significativo aumento na criminalidade curitibana e da região no período que antecedeu ao evento eleitoral.

. No mesmo exemplar do Jornal Gazeta do Povo que noticiou o início da rebelião em Piraquara, foi publicada uma matéria sob o título, “Série de assassinatos na capital”.<sup>114</sup> Matéria esta que trazia em seu conteúdo, os crimes que aconteceram em um espaço de poucas horas na capital paranaense e região, destacando-se o aumento significativo nos casos de homicídios e crimes contra patrimônio na cidade de Curitiba. Como pode-se imaginar as margens da sociedade estavam abandonadas o que justifica a crescente nos crimes.

---

<sup>114</sup> SÉRIE de assassinatos na capital. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989

Por estarem voltadas para a operação eleição, as autoridades foram pegas de surpresa. O que pode se perceber destes acontecimentos a partir das fontes extraídas das mídias é a grande participação de ex – presidiários de maneira efetiva nos crimes tanto na condição de vítima ou autor dos crimes.<sup>115</sup> Também divulgado na Gazeta do Povo que:

A maioria dos delinqüentes perigosos retirados de circulação da capital, nos últimos meses, por pratica dos crimes mais revoltantes, é exatamente egressa da colônia. Este ano estimativas não oficiais revelam que mais de 700 internos se evadiram da colônia, enquanto fontes da unidade garantem que o número é três vezes inferior.<sup>116</sup>

Nota-se que o sistema penitenciário estava passando por um momento de crise, as penitenciárias encontravam-se com sua lotação acima da capacidade e os presos da colônia penal agrícola se evadiam com freqüência, como se pode observar acima as informações contidas nas mídias curitibanas. Apropriando-se da teoria de Bourdieu e Passeron em que as relações de força entre grupos ou classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário. Neste caso, tendo como formação social a penitenciária entende –se que esta relação de força, propiciada por uma relação de comunicação pedagógica e a imposição de um arbitrário cultural, acaba transpondo os muros da prisão e tendo suas representações acentuadas na própria sociedade externa à prisão.<sup>117</sup> Isto pode ser percebido de maneira clara na ação de ex-presidiários nos crimes mais violentos da cidade no mesmo período.

Com essas relações de força externas a penitenciaria, e a fragilidade no controle da ordem na sociedade, na prisão também tiveram reflexos negativos. Este clima de insegurança que tomava as ruas de Curitiba pode ter sido um dos fatores motivadores para que ocorresse este movimento de rebeldia que aparentemente tinha como intuito apenas a fuga dos presos.

Após traçar um breve panorama de como estava a segurança na sociedade naquele momento será feita uma análise de como eclodiu a rebelião e quais foram as causas dela acontecer, na Penitenciária Central do Estado do Paraná no ano de 1989.

<sup>115</sup> SÉRIE de assassinatos na capital. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989.

<sup>116</sup> PRISÕES saturadas. Gazeta do Povo, Curitiba. p. 28, 14 nov. 1989.

<sup>117</sup> BOURDIEU, PASSERON, op. cit; p.27.

Assim como no motim de 1982, novamente o horário do almoço foi o que definiu a ação dos criminosos, era dia 13 de novembro de 1989, outra segunda-feira. A manhã na cadeia foi tranqüila como um dia qualquer. Tudo corria dentro da normalidade habitual até que o relógio marcou 12 horas e 30 minutos, Neste momento o plano dos presos começou a ser colocado em ação. Os fatos deste dia trágico iniciaram no momento em que oito presos encerraram o seu almoço. Do local onde se alimentaram seguiram em direção as suas galerias para buscar as armas que seriam usadas para causar temor nos funcionários, que em breve seriam rendidos na investida contra o refeitório da administração. As armas que os presos possuíam em suas celas eram estoques, tesouras além de um revólver.<sup>118</sup>

Por volta das 13 horas ao retornarem de suas galerias, já em posse de suas armas, os mesmos oito presos que seriam caracterizados como os principais líderes do motim, num ato rápido e surpreendente, invadiram pela porta principal o refeitório onde os funcionários almoçavam. Já no momento da invasão todos os funcionários são rendidos sem nenhuma dificuldade. Os criminosos acabam fazendo 51 pessoas como reféns, sendo 47 homens e 4 mulheres. Já não havia mais o que fazer a cadeia estava na mão dos bandidos.<sup>119</sup>

Pela maneira com que os funcionários foram surpreendidos na hora de seu almoço, imagina-se que o plano foi todo arquitetado antecipadamente pelos detentos, para não haver falhas e para que se pudesse render o maior número possível de funcionários. A presença do diretor e do vice diretor do presídio no refeitório no momento em que os presos invadiram o local, também deve ter sido pensada, devido à importância destes personagens nas negociações. Sabe-se que qualquer refém em um momento delicado, como uma rebelião, é uma valiosa moeda de troca. Com os reféns, os presos podem ter um poder de barganha maior na hora de exigir que se efetuem suas exigências.

---

<sup>118</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

<sup>119</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

Esperava-se que como os reféns tratavam-se do diretor e do vice diretor<sup>120</sup> do presídio as ações teriam uma repercussão ainda maior. Principalmente porque o diretor é a autoridade máxima dentro da prisão, ou seja, é a moeda de maior valor, e possivelmente é quem iria conduzir as primeiras negociações. Portanto, os líderes do motim em sua primeira investida conseguiram deter talvez um dos principais personagens do cenário que estava se constituindo. Este acontecimento acaba por mostrar a fragilidade da unidade em não dar segurança a seu dirigente máximo. Isto fez com que a mídia enfatizasse ainda mais o episódio em sua divulgação.

Outro motivo que demonstra a fragilidade na segurança do presídio é o fato de quatro mulheres, todas elas profissionais do serviço social ou psicologia terem sido rendidas e depois mantidas como reféns. O que se torna difícil de entender é a facilidade como os presos tiveram acesso a um local onde deveria ter uma segurança ainda maior que o de costume por estarem almoçando pessoas que estão fora da área de segurança da prisão. Estas pessoas não fazem parte do limite que define a área de segurança da unidade penal. Apenas utilizavam o refeitório do presídio na hora das refeições, o que é pouco tempo para que fossem rendidas e mantidas como reféns tão facilmente. O que prova que houve um afrouxamento na segurança naquele momento.

Nesse momento os personagens trocaram de lugares e o grupo que passava a dominar a penitenciária era o de criminosos que tinham a intenção de impor um arbitrário cultural próprio para aquele evento.<sup>121</sup> Arbitrário cultural este, pautado por atitudes de violência que podem ser caracterizadas como a imposição de uma violência total no palco de relações estabelecidos com o início da rebelião. Neste evento os atos de violência estavam dispostos em dois tipos de violência. Primeiramente a violência física e que acontece a partir de agressões físicas cometidas contra funcionários e próprios presos. Por meio desta rebelião, ocorreu a morte de um agente de reclusão, fato que também pode ser considerado um ato de violência física. Outra forma de violência que pode ser percebida nestes momentos de rebeldia é a violência simbólica,

---

<sup>120</sup> O então diretor da Penitenciária Central do Estado do Paraná, que foi rendido e mantido como refém pelos amotinados tratava-se do juiz aposentado Sr. Aldemar Venâncio Martins Filho, Aldemar antes de ser nomeado diretor da PCE, também foi Oficial da Polícia Militar, e delegado da Polícia Civil. Já o seu vice diretor era o Sr. Natalicio Brudeck

<sup>121</sup> BOURDIEU, PASSERON, op. cit; p.30.



que é exercida através de coação imposta pelos líderes do grupo que assumia o poder provisório da penitenciária.

Logo após o início do levante, começou ficar claro para todos os presentes, qual era a motivação do episódio, tratava-se de uma tentativa de fuga pela porta da frente da prisão. Não tem como afirmar mais poderia ser a tentativa de uma fuga em massa, com os presos partindo para o enfrentamento com os policiais e funcionários da portaria externa. Já nos primeiros contatos os amotinados fizeram uma série de exigências e reivindicações.

Quando vieram as primeiras reivindicações notou-se que o plano era no mínimo corajoso; os criminosos demonstravam serem bastante audaciosos e destemidos. Para que o plano dos presos se concretizasse, prontamente solicitaram aos negociadores algumas armas e um carro forte, o que fortalecia a idéia que os amotinados tinham um único interesse, a fuga.<sup>122</sup>

Às 15 horas por uma janela basculante do refeitório eram efetuadas as negociações, o foco rebelatório já estava isolado, os presos estavam limitados apenas à parte interna da prisão. Com a impossibilidade do diretor e do vice que se encontravam na situação de reféns, a primeira pessoa que iniciou o contato pelo telefone com os bandidos foi o delegado Sr. Rubens de Quadros Ribas então chefe do DEPEN - Departamento Penitenciário do Paraná, neste momento os presos já haviam assumido o controle de todos os telefones existentes na parte interna da prisão. Todas as notícias referentes às negociações eram aos poucos repassadas aos veículos de comunicação por um oficial da Polícia Militar ou um delegado da Polícia Civil do Paraná.<sup>123</sup>

No decorrer das negociações os presos novamente exigiram um carro forte e um pesado armamento, entre estes armamentos eles desejavam: duas metralhadoras, duas escopetas, quatro revólveres e muita munição. Dessa forma imagina-se que os líderes do motim estariam dispostos a levar aquela situação até as últimas conseqüências. O plano dos presos era um só, empreender fuga, e para que isso fosse possível, sem um

---

<sup>122</sup>REBELIÃO com reféns na Penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989

<sup>123</sup>REBELIÃO com reféns na Penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989

imediatamente ataque das forças policiais contra eles, assim que saíssem para fora da prisão levariam os diretor e vice diretor junto com eles como garantia.<sup>124</sup>

O fato de os bandidos ameaçarem levar junto com eles o diretor e o vice caso conseguissem empreender fuga, evidencia uma pressão para que os negociadores se obriguem a disponibilizar o que eles necessitavam para a fuga. Utilizavam o expediente de terem em suas mãos o diretor e vice diretor da prisão para sensibilizarem as autoridades. Os reféns escolhidos para acompanhar os criminosos na possível fuga, não foram por acaso, uma vez estando em poder do diretor e do vice da prisão, atingiriam todo o efetivo de pessoas que lá se encontravam. Este ato não deixava de ser uma ação de violência simbólica contra o grupo representante estatal.

Com o movimento de rebeldia estabelecido a Polícia Militar faz um cerco ao redor de toda a penitenciária, com objetivo de evitar possíveis fugas no decorrer do movimento e zelar pela segurança dos personagens envolvidas no evento. A frente da penitenciária parecia uma concentração de guerra. Um forte aparato policial estava armado e as equipes aguardavam postadas no local a espera de uma ordem. Da polícia militar estavam presentes a Tropa de Choque, Batalhão de Guarda, além das equipes especializadas do COE – Comando de Operações Especiais. A Polícia Civil também enviou a Piraquara, cinco delegados e 12 investigadores do COPE – Centro de Operações Especiais, seu grupo de elite.<sup>125</sup>

Era próximo às 16 horas e 30 minutos, quando ocorre um clima de suspense na penitenciária. Todos ficam ansiosos ao verem dois caminhões do Corpo de Bombeiros entrando em um espaço reservado no interior da própria penitenciária. Junto a isto são postadas em locais estratégicos duas ambulâncias. Dois batedores do BPTran e um Opala da Polícia Federal também reforçavam a força policial, calculada neste momento em aproximadamente 300 homens<sup>126</sup>. O que iria acontecer naquele momento? Será que ocorreria uma invasão? Ou será que os negociadores concordariam com as reivindicações dos presos e disponibilizariam o carro forte

---

<sup>124</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

<sup>125</sup> REBELIÃO com reféns na Penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p.28, 14 nov. 1989.

<sup>126</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

exigido para fuga. Nada aconteceu naquele momento, estes carros oficiais só estavam lá para reforçar o cerco policial.

Da mesma maneira que os presos exerciam uma violência simbólica contra os funcionários, o Estado postou sua força policial para uma invasão. Esta atitude de coação para os presos tinha a intenção de fazer com que os mesmos libertassem os reféns e paralisassem o evento com medo de uma possível invasão, que traria muitos prejuízos aos presos. Mas os presos não agiram desta forma

Com todo o aparato policial postado na parte externa, para caso houvesse necessidade de uma invasão. Lá dentro do presídio as relações ainda estavam da mesma forma, as negociações continuavam dando pouco sinal que a situação iria se resolver logo, e o grupo de presos não voltava atrás de suas exigências, desejavam mesmo a fuga. Neste momento um dos líderes do movimento e principal negociador dos presos já havia sido identificado, tratava-se do preso de alta periculosidade conhecido como, “Polaquinho”.<sup>127</sup> Por parte do Estado, nas negociações, juntou-se ao chefe do DEPEN - Departamento Penitenciário do Paraná, Sr. Rubens de Quadros Ribas e autoridades ligadas a Secretária de Justiça. Reforçando o grupo de negociação esperava-se ter maior êxito nas conversas o que levaria o evento ao seu término.

Mesmo com o quadro negociador reforçado, as negociações não surtiram efeitos positivos e dava mostras que a situação iria adentrar a noite e possivelmente se arrastaria até o dia seguinte, Com isso parecia que cada vez mais a situação se complicava, o temor nos olhos das pessoas era eminente. No final da tarde início da noite, na intenção de resolver o problema antes que anoitcesse o então secretário de Justiça, trabalho e ação social, Sr. Rubens Bueno que naquele momento também participava das negociações colocou a disposição dos presos um carro forte do Banco Banestado, mas descartou a entrega de qualquer tipo de armamento.<sup>128</sup> Foi uma atitude audaciosa do secretário em oferecer o carro forte para os amotinados emprenderem fuga, mas os presos não abriram mão das armas, e continuavam firmes no seu propósito de evadir-se do presídio, dessa forma não facilitavam as negociações.

---

<sup>127</sup> Luis Carlos Ferreira, 24 anos condenado a mais de 100 anos pelos crimes de: homicídio, estupro.

<sup>128</sup> REBELIÃO com reféns na Penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989.

A tentativa de se concretizar um acordo foi frustrada, então teve uma segunda tentativa, para que se chegasse a um acerto entre as partes. Na segunda proposta foram disponibilizados para os presos amotinados três veículos sendo um Monza, um Opala e uma Belina, mas os mesmos ainda se recusavam a entregar os reféns e novamente não abriam mão das armas, julgavam que se empreendessem fuga desarmados seriam uma presa fácil para a Polícia Militar.<sup>129</sup>

Nota-se que as negociações estavam ineficientes ao ponto do secretário de justiça, dar indícios de ceder a algumas das imposições dos presos, mas os mesmos estavam dispostos a se manter no poder, não abrindo mão das armas e não liberando reféns. Nestes momentos tensos de negociação se estabelece uma perigosa relação de poder, quando os grupos envolvidos tentam impor a sua cultura perante o outro grupo estabelecendo com isso um arbitrário cultural dominante.<sup>130</sup>

Como a situação estava longe de ser solucionada, por volta das 20 horas em uma sala, que era utilizada como se fosse o quartel general da polícia militar no local, o coronel Kaiut, chefe do policiamento da capital começa a esboçar o plano de uma possível invasão<sup>131</sup>. Sem esperanças que a situação se resolvesse apenas através dos diálogos estabelecidos nas negociações, o coronel estudava a planta do presídio e a tática que seria usada pela suas equipes caso houvesse a necessidade da invasão.

A noite foi passando e as primeiras horas do dia 14 de novembro estavam chegando. Junto com o dia que acabava de iniciar, também chegou o momento de maior tensão durante o evento.

Era próximo da 1 hora e 30 minutos, e quando todos imaginavam que as negociações continuariam apenas no dia seguinte, iniciou uma sessão pavorosa de tortura psicológica a todos que ainda se encontravam nas dependências do presídio. O ápice da violência foi quando os presos encharcaram com combustível as roupas de um dos reféns e em posse de um maçarico faziam constantes ameaças em incendiar o refém caso as reivindicações em relação aos armamentos não fossem cumpridas.<sup>132</sup> Foram momentos de muito desespero por parte de quem estava presenciando toda

---

<sup>129</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

<sup>130</sup> BOURDIEU, PASSERON, op. cit; p.30.

<sup>131</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

<sup>132</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

aquela situação. Este ato dos presos foi uma verdadeira teatralização de violência simbólica por parte dos presos na tentativa de chocar o grupo que dirigia as negociações. Desejavam que através desta cena de terror as reivindicações fossem rapidamente atendidas.

Não bastassem as ameaças recebidas por um dos reféns, para que sensibilizasse os negociadores a cumprir as exigências, começou no refeitório uma sessão de tortura física. Um Agente Penitenciário, que tinha acabado de estacionar mais perto da portaria interna da penitenciária um dos carros que tinham sido colocados a disposição dos amotinados, caso chegasse a um acordo, de repente ouviu gritos e se voltou rapidamente em direção a uma janela basculante do refeitório. Logo identificou que se tratava de gritos dos reféns que se encontravam sendo torturados pelos presos. Rapidamente saiu do local para que não fosse flagrado tão próximo do ponto crítico do motim.<sup>133</sup> Se deslocou rapidamente procurando um lugar que aparentemente estivesse em maior segurança. Quando passou o susto e este funcionário já estava mais tranqüilo, o agente relatou tudo que tinha visto ao Sr. Eracles Messias Juiz da VEP - Vara de Execuções Penais que ainda se fazia presente na prisão.

O que o funcionário avistou foi uma mistura entre atos de violência física e simbólica. No mesmo ato em que os presos causavam violência física para com os reféns também causavam violência simbólica para quem acompanhava as negociações mais próximo do prédio, onde se encontravam os reféns.

O caos novamente estava estabelecido e com este quadro caótico que a cadeia se encontrava alguma decisão deveria ser tomada pelas autoridades, e não poderia ser adiada por mais tempo, aquele era o momento. A situação estava ficando insustentável, os reféns estavam sofrendo graves ameaças contra as suas vidas. A cada minuto que se passava o perigo era mais eminente. Todos esperavam uma decisão dos órgãos responsáveis. Rapidamente está respostas que todos esperavam chegou.

Em uma rápida reunião entre o Secretário de Justiça, Secretário de Segurança Pública, Juiz da Vara de Execuções Penais e o Coronel Kaiut chefe do policiamento da capital, que eram as maiores autoridades presentes naquele momento, foi decidido que

---

<sup>133</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

haveria uma invasão. Antes mesmo de deixarem o local onde estavam reunidos o Juiz da Vara de Execuções Penais, Sr. Eracles Messias ordena ao coronel Kaiut a invasão do presídio.

Era tudo o que as equipes policiais estavam aguardando desde o início da tarde. Chegou o momento de acabar com o movimento dos criminosos. Quando a polícia militar começou a se preparar para a invasão criou-se um clima de preocupação entre as pessoas que estavam no local, ninguém sabia como seria a invasão, e qual o resultado se daria no desfecho do evento.

Rapidamente as equipes militares estavam prontas, perto das 1 hora e 40 minutos, os policiais se aproximaram das portas principais do prédio central do presídio<sup>134</sup> e logo as transpuseram. Com as portas arrombadas as primeiras bombas começam a explodir. Não tinha mais como recuar, a invasão estava em pleno andamento, os funcionários que aguardavam do lado de fora estavam muito ansiosos e apreensivos com o final daquela invasão.

A ação foi rápida, mas parecia que aqueles minutos eram os mais longos que aquelas pessoas já haviam vivenciado, parecia que aquele momento era interminável. A ação policial durou algo próximo a cinco minutos, caracterizados por tiros, explosões de bombas, gritos e latidos de cachorros.<sup>135</sup>

Após o término da invasão foi feito um levantamento sobre as vítimas e o saldo foi assustador, contabilizando um total de 11 pessoas mortas no rápido, mas sangrento confronto. Entre os 11 mortos dez eram presos e o outro se tratava do agente de reclusão, Adalberto Gomes da Silva.<sup>136</sup> Além dos mortos muitos presos foram feridos no motim.

Para fazer uma comparação na mesma década em outra região do país utiliza-se o estudo de Salla, que em seu estudo faz uma análise das rebeliões de São Paulo e conclui que uma característica importante das rebeliões neste período é que elas foram tratadas pelas forças policiais de intervenção, com extrema violência, o que acabava

---

<sup>134</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

<sup>135</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

<sup>136</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

redundando num elevado número de presos mortos.<sup>137</sup> Para confirmar isso o mesmo cita alguns eventos de rebeliões em São Paulo, vejamos:

[...] uma rebelião na Penitenciária de Presidente Wenceslau, havia feito 18 reféns, e os presos buscavam fugir do presídio. Houve intervenções das forças policiais, e mesmo depois de contida a rebelião, 13 presos foram mortos por policiais militares ou agentes de segurança [...] em julho de 1987, na Penitenciária do Estado na cidade de São Paulo. Os presos se rebelaram, estavam com duas armas de fogo e tinham vários reféns entre presos e funcionários [...] a ação de contenção foi feita pela Policia Militar e deixou um rastro de 29 mortos. Um funcionário foi morto pelos presos. Em fevereiro de 1989, ocorreu no 42º Distrito Policial em São Paulo a morte de 18 presos por asfixia dentre os 51 que haviam sido confinados pelos policiais de plantão em uma cela de 1,5 x 4m sem ventilação. A medida havia sido uma represália dos policiais por causa de uma tentativa de fuga seguida de um amotinamento.<sup>138</sup>

Esses são alguns exemplos de atuação de grupos de intervenção das forças policiais em presídios do estado de São Paulo em período igual ao recorte temporal proposto na pesquisa. No estado do Paraná a Policia Militar também fez uso de violência física para que fosse possível acabar com o motim.

O próximo passo da policia, após a invasão foi a remoção dos feridos, para que este procedimento ocorresse sem nenhum problema , os policiais proibiram as mídias de se aproximar. O comandante da operação convoca então os bombeiros para ajudar no deslocamento dos feridos que foram removidos da penitenciária em ambulâncias e viaturas policiais.<sup>139</sup>

Em seguida criou-se um clima de muita revolta e tristeza, com a morte do funcionário. Os reféns que haviam sido libertados naquele momento, mesmo que abalados psicologicamente, mas sem nenhum ferimento aparente, juntaram-se aos outros funcionários que acompanhavam o desfecho do caso, para tentarem linchar os presos que saíam em direção aos hospitais próximos e manicômio judiciário. Foi muito difícil conter a raiva daquelas pessoas. O sentimento de revolta era grande, diante de tudo que estava acontecendo.

---

<sup>137</sup> SALLA, op. cit; p. 292.

<sup>138</sup> id. ibid. p. 292 – 293.

<sup>139</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

O procedimento de retirada dos feridos do local foi bastante lento e por volta das 3 horas, era visível um amontoado de mortos, no jardim da penitenciária, aguardando o rabeção do IML Instituto Médico Legal. Do lado de fora ainda se ouvia muitos gritos que vinham do interior da prisão, as pessoas que estavam postadas na parte externas ficavam preocupadas, pois tinham ainda poucas informações sobre o que acontecia lá dentro, sendo que a policia ainda se encontrava na parte interna.

Entre os feridos estavam o diretor e o vice diretor da penitenciária e provavelmente eram os que apresentavam o quadro de maior gravidade. O diretor Sr. Venâncio sofreu um profundo corte no pescoço e logo após ser retirado da penitenciária deu entrada na UTI do Hospital Cajuru, em Curitiba, local onde permaneceu por dois dias. O diretor recebeu a visita do então governador do Estado Sr. Alvaro Dias e do Secretário de Justiça Sr. Rubens Bueno, por ainda estar debilitado o diretor só conseguiu se comunicar com as autoridades através de gestos manuais e escrita. Diferente do diretor que por pouco não foi degolado, a situação do vice diretor Natalicio Brudeck era menos delicada e logo, já estava no quarto conversando.<sup>140</sup>

Enquanto parte do efetivo policial estava envolvido na remoção dos feridos, outro grupo iniciava uma busca nas dependências da prisão. Logo pela manhã os policiais apresentam para os meios de comunicação as armas que estavam no poder do grupo que liderava o motim. Entre as armas encontrava-se além de um revólver 38 com duas munições deflagradas, 15 estoques, sete tesouras e sete facas (que mediam aproximadamente 40 cm de lâmina e com manchas de sangue), provavelmente foram usadas na morte dos presos e nos corte no pescoço do diretor. Como o evento se estendeu pela penitenciária os líderes do motim conseguiram estas facas na cozinha e as tesouras na barbearia.<sup>141</sup>

O dia 14 de novembro foi um dia atípico para muitos, os meios de comunicação questionavam, durante o dia todo sobre a legalidade da operação efetuada pelos policiais militares. Devido esta inquietação das mídias, foi convocada uma coletiva de imprensa nas instalações da Secretária de Justiça. A reunião aconteceu na noite do dia

---

<sup>140</sup> FORA de perigo, diretores recebem visita do governador, Gazeta do Povo. Curitiba, p. 26, 17 nov. 1989.

<sup>141</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.



14 de novembro perto das 21 horas. Durante a coletiva de imprensa as autoridades ressaltaram que a polícia agiu no estrito dever legal e em legítima defesa de terceiros. Acrescentaram ainda que todas as negociações, avaliações e decisões foram tomadas considerando a prioridade máxima de assegurar a vida dos reféns.<sup>142</sup> A Polícia Militar, também informou que se não ocorresse a invasão naquela noite, poderia acontecer uma fuga em massa. O plano era que enquanto os líderes do motim mantinham a polícia ocupada nas negociações, outro grupo de presidiários estaria trabalhando nos túneis para que um grande número de presos pudesse fugir pelos fundos da prisão.<sup>143</sup>

Com as ações voltando ao normal dentro da penitenciária, uma nova revista foi marcada, tinha como objetivo fazer uma busca em toda a estrutura da cadeia para recolher qualquer tipo de armas ou materiais que pudessem virar armas posteriormente. Com o apoio da polícia militar iniciou-se este procedimento de busca, e rapidamente pode ser percebido que não ocorria uma vistoria minuciosa, há muito tempo, nos aproximadamente 1.350 presos que lá se encontravam alojados. O descaso da justiça com o presídio também era perceptível devido a sua fragilidade na estrutura física. Além das armas já citadas que foram apreendidas no momento da invasão, ainda foram encontrados dentro de colchões dentro dos vasos sanitários, ou até mesmo dentro dos calçados dos presos, exatamente 1.016 estoques, mais quatro tesouras e dezenas de “terezas” que seriam usadas em uma possível fuga. Estes estoques na maioria das vezes foram fabricados com batentes das janelas ou barras de ferro, este cômputo de armas foi o maior em toda a década de 1980 na PCE-PR.<sup>144</sup>

Durante a revista também foram encontrados dois túneis. O primeiro túnel foi encontrado pelos agentes dentro de uma cela, ao levantar a latrina foi avistado o grande buraco que possuía cinco metros de profundidade por um metro de diâmetro, o outro túnel era um pouco menor e foi encontrado na parte externa, próximo ao pátio de sol, estava apenas com três metros de profundidade por um de diâmetro. Os túneis estavam sendo cavados com o auxílio de quatro enxadas e quatro pás, os presos ainda possuíam um motor utilizado para puxar a terra dos buracos.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p.20, 15 nov. 1989.

<sup>143</sup> MILITAR esclarece operação, Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

<sup>144</sup> DETENTOS tinham mil armas, Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

<sup>145</sup> DETENTOS tinham mil armas, Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

O quadro final encontrado na penitenciária quando tudo começou e se estabilizar novamente era desolador. Parecia que um furacão havia devastado tudo, para onde se olhava avistava-se cadeira, mesas, vidros quebrados. No chão, grandes manchas negras de sangue das vítimas, nos cantos existiam empilhados roupas, sapatos, lixos, restos de comida, os ratos começavam a se proliferar em toda aquela sujeira. O panorama geral da penitenciária era desolador.<sup>146</sup>

Ainda foram destruídas a cozinha e a barbearia, na cozinha os armários estavam totalmente sem as portas e gavetas. Foram todas quebradas quando os presos procuravam facas no início do levante. As dependências da barbearia também foram danificadas no momento em que os amotinados procuravam as tesouras usadas para cortar cabelos.<sup>147</sup>

A rebelião de 1989 foi uma das mais violentas da história prisional paranaense. Teve ao seu final um saldo assustador, terminando de uma forma sangrenta com a invasão policial.

Se comparar este movimento de rebeldia percebe-se algumas diferenças em relação ao de dezembro 1982. As negociações da rebelião de 1982 aconteceram de uma maneira passiva. Pela análise das fontes percebe-se que ocorreu um afrouxamento por parte do corpo diretivo da prisão em relação a atender todas as reivindicações dos criminosos que lideravam o motim, não houve registro de mortos e violência física contra os reféns.

Diferentemente da rebelião analisada anteriormente em que foi classificado a partir da divisão entre tipos de rebelião proposta por Fernando Salla como protestos de situações adversas no interior da prisão<sup>148</sup> este movimento pode ser classificado como o segundo tipo de evento proposto por Salla em que as rebeliões podem ser explicadas como manifestos fora da prisão, ou seja, a partir do afrouxamento do controle da ordem, na vida social<sup>149</sup>.

---

<sup>146</sup> QUADRO desolador na cadeia, *Gazeta do Povo*. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

<sup>147</sup> QUADRO desolador na cadeia, *Gazeta do Povo*. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

<sup>148</sup> SALLA, op. cit; p.276.

<sup>149</sup> id. ibid. p.276.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Penitenciária Central do Estado do Paraná, que surgiu como um projeto da modernidade, sendo considerado em sua inauguração como o maior e mais moderno da América Latina, se tornando em seus primeiros anos de funcionamento como modelo no continente. Como competência esta instituição prisional prega a reintegração dos presos a sociedade e o zelo pelo seu bem estar.

Mesmo que o discurso fosse de reintegração do preso na sociedade através de profissionalização, educação e as assistências a que os presos deveriam ter direito como, os atendimentos jurídicos, psicológicos, assistência social, médica e odontologia além do acompanhamento pelo setor de assistência social para as famílias dos apenados, não era assim que acontecia. Na prática aos poucos a penitenciária se transformava em um depósito de pessoas que deveriam cumprir suas penas. Devido ao aumento de crimes e a superlotação da penitenciária, o projeto moderno de anos antes deu lugar ao descaso. As ações para reinserir o preso na sociedade não existiam, o corpo técnico era ineficaz, e com cada vez mais presos eram encarcerados na Penitenciária Central do Estado do Paraná menos se garantia o zelo pelo bem estar dos presos, como divulgava o governo.

Como o aparato jurídico da penitenciária pouco funcionava, os presos passavam muito tempo dentro da prisão. Isso acarretava em constantes tentativas de fuga, muitos dos presos não viam alternativas de alcançar a liberdade, devido a inoperância dos meios legais, preferiam arriscar a sorte em planos de fuga. A profissionalização dos apenados também era escassa, existiam trabalhos no interior da prisão, mas eram setores de trabalhos artesanais financiados pelos próprios presos de maior poder aquisitivo que exploravam os presos mais humildes.

Na década de 1980 a Penitenciária Central do Estado do Paraná era uma verdadeira cidade, cercada por muralhas. Os presos que lá conviviam tinham diversas atividades, informais. Já que as propostas estatais de ressocialização, não supriam as necessidades dos apenados. Uma das atividades mais corriqueiras no dia a dia dos presos naquele período eram as bancas de jogos como “bichinho e “bozó” que geravam muito dinheiro dentro da penitenciária, mas também ocasionavam muitos

episódios de violência. Muitas vezes presos que contraíam dívidas nas bancas de jogos as pagavam com a própria vida.

É importante ressaltar que o poder estatal, na pessoa dos funcionários avistava as relações entre presos de fora para dentro. Considerando que o centro das relações diárias tinham como principais personagens os próprios presos. Eram muitos presos que conviviam soltos durante o dia, como as relações eram intensas, haveria diversas situações de desrespeito as regras. Então os funcionários eram personagens que se colocavam a observar os acontecimentos para que em seguida pudesse ser tomada alguma atitude em relação aos atos faltosos cometidos. A atitude mais comum de punição era alojar o preso na ala máxima que era localizada em anexo ao prédio central da Penitenciária, mas esta ação era colocada em prática apenas a presos que cometessem algo grave como o assassinato de outro preso. De outra forma os problemas eram resolvidos de maneiras mais brandas.

O poder da disciplinarização estatal no período não era muito funcional. Mas por outro lado é importante ressaltar que as atitudes dos presos, consideradas erradas pelos próprios presos, que não eram punidas pelo grupo dirigente da prisão, não ficavam impunes. A própria lei da cadeia castigava. Digamos que no período já se configurava um poder paralelo formado por grupos que se impunham perante os detentos mais fragilizados.

É evidente que no período analisado aconteciam conflitos diários, não só entre presos, mas também entre presos e funcionários. Estes conflitos acabavam ocasionando um desgaste nas relações de sociabilidades entre os grupos existentes no interior da penitenciária. Foi perceptível no decorrer da pesquisa que estes embates diários entre grupos distintos são os responsáveis por eventos maiores. Chega um momento que a situação passa a ficar insustentável no interior da prisão e a única solução é o evento rebelatório.

Esta pesquisa sobre a Penitenciária Central do Estado do Paraná, pode referenciar as prisões de forma geral, não tem como pretensão ser finalizada neste momento. É entendida como um primeiro passo, para um estudo mais aprofundado a respeito da temática. Percebeu durante a pesquisa que se abre uma ampla quantidade de abordagens, quando o assunto é prisão. Mesmo que de maneira informal acredito

que esta pesquisa acontecerá de forma contínua, devido o fato do grande interesse a respeito do assunto.

## FONTES

BITTENCOURT, José Vicente. PENITENCIÁRIA: estágio para o inferno. Curitiba: Maximus Editora, 2012.

BRASIL. Lei de Execução Penal. n. 7.210 de 11/7/1984. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/I7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I7210.htm). Acessado em: 08 ago.2013

BRASIL. Lei n. 11.466, de 28/03/2007. Disponível em: [WWW.planalto.gov.br/ccivil-at02007-2010/2007/lei/I11466.htm](http://WWW.planalto.gov.br/ccivil-at02007-2010/2007/lei/I11466.htm). Acessado em: 08 ago. 2013.

CHEGA AO FIM rebelião na Penitenciária Central. Gazeta do Povo, Curitiba, p.13, 23 dez. 1982.

CLIMA de apreensão durante 13 horas. Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

COMANDO da PM esclarece sua atuação. Gazeta do Povo, Curitiba, p.13, 23 dez. 1982.

CONTAGEM GERAL Penitenciária Central, Piraquara, 15 de fevereiro de 1985.

CONTAGEM, Penitenciária Central, 7ª e 8ª Galerias, Piraquara, 23 para 24 de novembro de 1984.

DETENTOS tinham mil armas, Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

EVASÃO foi frustrada, Gazeta do Povo, p. 12, 21 dez. 1982.

[HTTP://www.ouvimusica.com.br/opacos-mcs/1880874](http://www.ouvimusica.com.br/opacos-mcs/1880874). Acessado em: 14 nov. 2013.

INTERNOS ainda controlam galerias do presídio. Gazeta do Povo, Curitiba, p.11, 22 dez. 1982.

JORNAL Realidade. Piraquara. p.7. jul – 1985.

JORNAL Tribuna do Paraná. Curitiba. p. 01. 25 set 1984. .

LÍDERES do motim ganham liberdade. Gazeta do Povo, Curitiba, p.9, 25 dez. 1982.

MILITAR esclarece operação, Gazeta do Povo. Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

MOTIM termina de forma sangrenta: 11 mortos. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 20, 15 nov. 1989.

NEGOCIAÇÕES têm êxito ante a garantias, Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

PARANÁ. Curso de Formação Agente Penitenciário 2007. Escola Penitenciária do Paraná, Curitiba – 2007.

PRÁTICAS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES PENAIS DO PARANÁ. Cadernos do Depen – Departamento Penitenciário do Paraná. Escola Penitenciária, Curitiba – 2011.

PRESOS dizem que tortura motivou o “levante”. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

PRISÕES saturadas. Gazeta do Povo, Curitiba. p. 28, 14 nov. 1989.

REBELIÃO com reféns na Penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989.

REBELIÃO de 1.100 internos na penitenciária. Gazeta do Povo, Curitiba, p.12, 21 dez. 1982.

RESOLUÇÃO do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nº1 de 09/03/2009. Disponível em: [www.mp.gov.br/biblio/informa/270311579.htm](http://www.mp.gov.br/biblio/informa/270311579.htm).

Acessado em: set. 2013.

SÉRIE de assassinatos na capital. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 28, 14 nov. 1989

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, José Vicente. *PENITENCIÁRIA: estágio para o inferno*. Curitiba: Maximus Editora, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean – Claude. *A Reprodução*. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.
- COELHO, Edmundo Campos. *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GOES, Eda Maria. *A recusa das grades: Rebeliões nos presídios paulistas: 1982 – 1986*. São Paulo: Ibccrim, 2009.
- <http://www.depen.pr.gov.br>. Acessado em: set. 2013.
- <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acessado em 08 set. 2013.
- MAIA, Clarissa Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz (org) *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, Encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: Ibccrim, 2005.
- SALLA, Fernando. *As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 274 – 307, jul/dez. 2006.
- SANTOS, José Roberto Rodrigues. *O FENÔMENO DA PRISIONIZAÇÃO EM AGENTES PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ*. Monografia (2007) 104 f. Gestão Penitenciária. Especialização em Gestão Prisional. Universidade Federal do Paraná, 2011.



SILVA, Anderson Moraes de Castro e. *Nos BRAÇOS da Lei Ouso da Violência Negociada no Interior das Prisões*. Rio de Janeiro: Editora e+a, 2008.

SYKES, Gresham M. *Crime e Sociedade*. Rio d Janeiro: Edições Bloch, 1969.

VARELLA, Drauzio. *Carcereiros*. 1ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

## BIBLIOGRAFIAS

FAUSTO, Bóris. *O Crime do Restaurante Chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigia e Punir*. 49<sup>o</sup>. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

<http://www.justica.pr.gov.br>. Acessado em: out. 2013.

<http://www.esedh.pr.gov.br>. Acessado em: nov.2013.

<http://www.revistaeletronica.pucrs.br>. Acessado em: maio. 2013.

[www.sindarspen.org.br](http://www.sindarspen.org.br). Acessado em: nov. 2013

GUINDANI, Mirian Krenzinger A. *A violência simbólica e a prisão contemporânea*. Civita Revista de Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, vol 1, nº 2, p. 99 – 112, dez. 2001. Disponível em: <http://www.revistaeletronica.pucrs.br>. Acessado em 01 de maio de 2013.

JOZINO, Josmar. *Cobras e Lagartos A vida íntima e perversa nas prisões brasileiras Quem manda e quem obedece no partido do crime*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

RAMOS, Hosmany. *PAVILHÃO 9 PAIXÃO E MORTE NO CARANDIRU*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

## GLOSSÁRIO

**Bote** - Como é chamado o procedimento em determinada galeria ou cela, que pega o preso de surpresa.

**Portaria interna** - Posto que controla a entrada e saída do prédio principal da Penitenciária Central do Estado do Paraná. A PCE também conta com uma portaria externa.

**Batendo de Frente** – É o termo usado quando o preso enfrenta os funcionários em uma discussão. Ex. O preso está batendo de frente com o guarda.

**Batidaço** – É o ato de bater nas portas das celas, fazendo barulho para chamar a atenção dos guardas.

**Bichinho** – Jogo com desenhos em um tecido qualquer, dois dados pequenos de madeira e uma latinha de extrato de tomate. Este jogo foi muito praticado na Penitenciária Central do Estado do Paraná durante o período estudado.

**Bozó** – Jogo com dois dados grandes de madeira.

**Caguetar** – É quando o preso repassa para o funcionário alguma informação referente ao dia a dia da prisão. Normalmente são informações sobre planos ilícitos. O “cagueta” também pode ser conhecido como: entregador, X – 9 e passarinho.

**Caminhada sem rastro no Crime** – Esta expressão é utilizada para presos que nunca vacilaram na prisão ou mesmo fora dela. Ex. Aquela cara é criminoso, nunca deixou rastro no crime.

**Estoque** – Arma artesanal pontiaguda pode ser feita com pedaços de ferro ou pedaços de madeira apontados.

**Fundo da Cadeia ou Funda da Prisão** – Trata-se do centro da cadeia, onde está concentrado o maior número de presos. É no fundo da cadeia que as relações de sociabilidade entre os grupos que compõem a instituição tendem a ficar mais tensas.

**Greve de Fome** – É quando um preso abre mão de sua alimentação na tentativa de chamar atenção dos guardas para que seja atendida suas reivindicações. Podem ser individuais ou coletivas.

**Guentos** – Termo utilizado no momento em que os presos assumem a cadeia Ex: A cadeia foi “guentada” na primeira galeria.

**Mancadas** – Quando um preso toma alguma atitude equivocada e deixa a desejar com os seus parceiros de crime. As mancadas podem acontecer dentro e fora da cadeia.

**Mina de ouro** – Como foi chamada a cantina da PCE por um preso, por haver uma grande circulação de dinheiro no período de seu funcionamento.

**Muralha** - Muro alto que cerca todo o perímetro da Penitenciária Central do Estado do Paraná.

**Os Humildes** – Como se intitulavam os presos que fazem parte dos grupos mais fragilizados no interior da prisão.

**Passarinho** – O mesmo que delator, alcagüete.

***Pernas pro ar*** - Termo utilizado com a crise estabelecida e a cadeia na mão dos criminosos.

***Queijo Suíço*** – Devido a grande quantidade de buracos cavados para possíveis fugas a Penitenciária Central do Estado do Paraná é comparada a um grande queijo suíço.

***Segura a Cadeia*** – É o termo usado em relação a se manter a ordem interna na prisão, ou seja, segurar a cadeia é a garantia que não haja eventos rebelatórios. Normalmente se “segura a cadeia” através de acordos informais entre funcionários e presos.

***Seguro*** – Lugar reservado para presos “alcagüetes” e para presos que cumprem pena por crimes não aceitos pela massa carcerária: (exemplo: estupradores, pedófilos etc). Também residem nas galerias com esta característica, presos que estão jurados de morte pelo grupo ou grupos que detém um maior poder dentro da prisão.

***Subir na Laje*** - Quando os presos se rebelam e assumem o controle da prisão tentam alcançar o local mais alto das prisões que normalmente são as lajes que sustentam o telhado. Na Penitenciária Central do Estado esta prática foi visível nas rebeliões da década de 1980.

***Tatus*** – Nome utilizado para se referir a túneis cavados no interior da prisão.

***Tereza*** – Corda improvisada no formato de trança, feita com lençol, cobertor ou roupas.

***Vai ao chão*** – Termo utilizado no momento em que se estabelece o evento rebelatório na penitenciária.

